



# VOZES DA JUVENTUDE NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

semeando saberes do sul global

Karen dos Santos Honório  
Lucas Ribeiro Mesquita  
Roberta Sperandio Traspadini  
(org.)



EDUNILA



# VOZES DA JUVENTUDE NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

semeando saberes do sul global



## UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA

Diana Araujo Pereira *Reitora*

Rodne de Oliveira Lima *Vice-reitor*

### EDUNILA – EDITORA UNIVERSITÁRIA

Julio da Silveira Moreira *Coordenador da EDUNILA*

Leonel Gandi dos Santos *Vice-coordenador da EDUNILA  
e Bibliotecário-documentalista*

Andréia Moassab *Membra da Coordenação Executiva*

Ailda Santos dos Prazeres *Assistente em administração*

Claudinéia Pires *Assistente em administração*

Francieli Padilha Bras Costa *Programadora visual*

Ricardo Fernando da Silva Ramos *Assistente em administração*

### CONSELHO EDITORIAL

Julio da Silveira Moreira *Presidente do Conselho*

Leonel Gandi dos Santos *Vice-presidente do Conselho*

Débora Viletti Zuck *Representante dos/as técnico-administrativos/as em educação  
da UNILA*

Raulandis Magdariaga Perez *Representante dos/as discentes de graduação da UNILA*

Janice Scheila Kieling *Representante dos/as discentes de pós-graduação da UNILA*

Selma Passos Cardoso *Representante do Instituto Latino-Americano de Tecnologia,  
Infraestrutura e Território (ILATIT - UNILA)*

Diego Chozas Ruiz-Belloso *Representante do Instituto Latino-Americano de Arte, Cultura  
e História (ILAAACH - UNILA)*

Luiz Roberto Ribeiro Faria Junior *Representante do Instituto Latino-Americano de Ciências da  
Vida e da Natureza (ILACVN - UNILA)*

Ramon Blanco de Freitas *Representante do Instituto Latino-Americano de Economia,  
Sociedade e Política (ILAESP - UNILA)*

Avacir Gomes dos Santos Silva *Representante externa - Professora Associada no Curso de  
Pedagogia da Universidade Federal de Rondônia (UNIR)*

Edilma de Jesus Desidério *Representante externa - Professora voluntária no Campus do  
Sertão da Universidade Federal de Alagoas (UFAL)*

Lilibeth Janneth Zambrano Contreras *Representante externa - Coordenadora da Rede Internacional  
de Pesquisadores de Literatura Comparada - REDILIC, do  
Instituto de Pesquisa Literária "Gonzalo Picón Febres", da  
Faculdade de Ciências Humanas e Educação, da Universidade de  
Los Andes, Mérida, Venezuela*

Ricardo Scavone Yegros *Representante externo - Membro da Academia Paraguaya de la  
Historia e Diretor Geral da Academia Diplomática e Consular  
do Ministério de Relações Exteriores do Paraguai*

Jorge Luiz Favaro *Representante externo - Docente em Extensão e  
Desenvolvimento Rural na UNICENTRO*

Karen dos Santos Honório  
Lucas Ribeiro Mesquita  
Roberta Sperandio Traspadini  
(org.)

VOZES DA JUVENTUDE NAS  
RELAÇÕES INTERNACIONAIS:  
SEMEANDO SABERES DO  
SUL GLOBAL

Foz do Iguaçu, Paraná, Brasil

**EDUNILA**

Editora da  
Universidade Federal da  
Integração Latino-Americana

2026

© 2026 EDUNILA – Editora Universitária

## EQUIPE EDITORIAL

Julio da Silveira Moreira *Edição e Preparação de Originais*

Nicolly Rocha de Souza [Órbita] *Normalização e Revisão*

Heloise Reis Ventura *Revisão de Texto*

Hanna Lara Martins Lobo [Órbita] *Projeto Gráfico e Diagramação*

## Catálogo na Publicação (CIP)

---

V977 Vozes da juventude nas relações internacionais: semeando saberes do Sul global / Karen dos Santos Honório; Lucas Ribeiro Mesquita; Roberta Sperandio Traspadini (org.) -- Foz do Iguaçu: EDUNILA, 2026.  
PDF (114 p.) : il.

ISBN: 978-65-86342-68-0

1. Relações internacionais. 2. Gênero. 3. Raça. 4. América Latina.  
I. Honório, Karen dos Santos. II. Mesquita, Lucas Ribeiro. III. Traspadini, Roberta Sperandio. IV. Título

CDD 327

CDU 327

---

Ficha Catalográfica elaborada por Leonel Gandi dos Santos CRB9/2269

Todos os direitos reservados e protegidos pela Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998. É proibida a reprodução total ou parcial por quaisquer meios sem autorização prévia, por escrito, da editora. Direitos adquiridos pela EDUNILA – Editora Universitária.

Editora associada à:



EDUNILA – Editora Universitária

Campus Integração - Av. Tancredo Neves, 3147

Foz do Iguaçu – PR – Brasil | CEP: 85857-970

editora@unila.edu.br | <https://portal.unila.edu.br/editora>

## PALAVRAS DA EDITORA

*“De los libros honestos, piadosos y fortalecedores hablamos, que con espíritu americano, estudian problemas de América. No tanto de libros pomposos y retóricos, y de conocimientos abstractos universales, – cuanto de esos otros concretos y beneméritos, escritos al calor de nuestro sol, y en el fragor de nuestras luchas generosas, sangrientas como todas las entrañas”.*

José Martí, Biblioteca Americana, 1884

A Coleção Semillas nasce da convicção de que a universidade pública, latino-americana e fronteiriça, deve valorizar e difundir os conhecimentos produzidos também em seus cursos de graduação. O que se apresenta aqui não são introduções genéricas, nem textos adaptados à lógica de manuais. São obras que emergem da vivência concreta de estudantes, docentes e técnicos em seus contextos formativos, das práticas acadêmicas que se cruzam no cotidiano do ensino, da pesquisa e da extensão.

Estes livros não apenas refletem, mas também projetam os percursos formativos da UNILA. As experiências de cada curso se expressam em objetos de estudo enraizados nos territórios, nas culturas e nos dilemas do continente. A graduação aparece, assim, como espaço legítimo de produção de conhecimento, no qual se praticam metodologias, constroem-se modelos, testam-se hipóteses, analisam-se dados e elaboram-se perguntas e respostas sobre a realidade.

Na UNILA, essa realidade se estende para além das fronteiras nacionais. Muitos estudantes desenvolvem pesquisas e ações de extensão nos países de onde vêm, estabelecendo uma troca ativa e crítica de saberes entre contextos latino-americanos diversos. A

formação universitária ganha, assim, uma dimensão internacional que não se dá por meio de transplantes teóricos, mas pela partilha situada de experiências e problemas.

A Editora da UNILA e a Pró-Reitoria de Graduação prestam reconhecimento ao trabalho das graduações da universidade, às suas estruturas curriculares, seus colegiados, professores e professoras, e sobretudo ao protagonismo estudantil que tem marcado o percurso institucional desde os primeiros anos, a exemplo dos componentes do Ciclo Comum de Estudos. As pesquisas e estudos desenvolvidos na graduação seguirão produzindo debate, diálogo e novas perguntas sobre os problemas e os caminhos da nossa região e da América Latina.

# Sumário

## **APRESENTAÇÃO..... 11**

## **CONTRIBUIÇÕES DA TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA FRENTE AO TRADICIONALISMO NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS..... 14**

Leonardo Alves da Silva

O “internacional”: divergências congruentes .....	15
Os liberalismos e a questão Internacional .....	18
O internacional para além do tradicionalismo: imperialismo e o internacionalismo.....	20
Dependência e as Relações Internacionais desde a América Latina .....	24
Conclusão .....	26

## **O PAPEL DE ATORES NÃO-ESTATAIS NA CONSOLIDAÇÃO DA CULTURA POPULAR CHINESA ..... 29**

Julia Juvêncio Matos

A China para além da proposta comercial .....	31
Expansionismo cultural.....	31
A era digital e suas consequências .....	34
Conclusão .....	39

## **A LUTA PELOS DIREITOS REPRODUTIVOS DAS MULHERES NO SISTEMA INTERNACIONAL GENDERIZADO ..... 44**

Carolina Boscatto

Direitos humanos e direito das mulheres .....	47
<i>Mainstream</i> de gênero e direitos reprodutivos .....	51
Conclusão .....	55

## **A NIGÉRIA E A GENDERIZAÇÃO DO SISTEMA INTERNACIONAL A PARTIR DO REGIME DE TUTELA..... 58**

Maynara do Rio Sales

Feminismo nas Relações Internacionais: do <i>mainstream</i> aos estudos feministas pós-coloniais africanos.....	58
Sistema internacional colonial e a tutela internacional.....	61
Genderização do sistema internacional pela tutela: caso da Nigéria	64
Conclusão .....	66

## **EL ACUERDO DE PAZ EN COLOMBIA Y SUS PROYECCIONES SOBRE PUEBLOS Y NATURALEZA ..... 71**

Adriana del Pilar López Avella

Antecedentes sobre los procesos de paz en Colombia.....	73
Una mirada detallada sobre la naturaleza y los pueblos en el documento final.....	78
Conclusión.....	80

## **A HAITIANO-FOBIA COMO IDEOLOGIA NACIONAL NA REPÚBLICA DOMINICANA..... 84**

Djenika Senatus

Relações bilaterais Haiti-República Dominicana na questão migratória .....	90
Conclusão .....	93

**LAS RESTRICCIONES NO ARANCELARIAS A  
LAS EXPORTACIONES DE LÁCTEOS URUGUAYOS  
EN EL MERCOSUR ..... 97**

Adrián Larroca Ferrari

Teorías sobre el MERCOSUR y las barreras no arancelarias .....	98
Evolución y características del MERCOSUR.....	100
Implicancias para el comercio exterior y la producción uruguaya en el sector lácteo.....	102
Conflictos de la transnacionalización del sector lácteo uruguayo en el MERCOSUR (1991-2013) .....	103
La influencia de las barreras no arancelarias .....	104
La transnacionalización sobre el comercio lácteo uruguayo en el MERCOSUR (2014-2017).....	105
Conclusión.....	107

**SOBRE OS AUTORES .....113**

# APRESENTAÇÃO

A obra apresentada é fruto do Edital Conjunto 13/2023/ EDUNILA – Prograd “Chamada De Obras Para A Coleção Semillas: Dez Anos Dos Cursos E Do Ciclo Comum De Estudos Da UNILA”, lançado no marco das comemorações dos dez anos da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, nossa UNILA. A chamada teve como objetivo incentivar os cursos de graduação e o Ciclo Comum da universidade a publicarem em forma de coletânea trabalhos de conclusão dos cursos já defendidos e com contribuições originais em suas áreas.

Dessa forma, os textos que seguem são sínteses dos trabalhos de conclusão do curso de Relações Internacionais e Integração, defendidos no período de 2014 a 2024. Para seguir os critérios de forma estabelecidos pelo edital os textos precisaram ser substancialmente reduzidos, ao limite de aproximadamente dez laudas. Como critério de seleção, o Colegiado do curso definiu como parâmetro trabalhos cujo conteúdo mobilizassem temas inovadores para o campo das Relações Internacionais, tais como gênero, raça, latino-americanismos e outras perspectivas que colocassem em destaque o lado Sul do mapa, o Sul Global em voz e conteúdo. Era vital também que os trabalhos refletissem o perfil discente do nosso curso nesses 14 anos de existência. Nesse sentido, os e as jovens intelectuais que assinam os textos contemplam a riqueza e potência dos/as internacionalistas que nosso curso busca lançar ao mundo: Djenika é do Haiti, Julia, Maynara, Leonardo e Carolina brasileiros/as, Adrian é uruguaio e Adriana é colombiana.

A diversidade dos marcadores de nacionalidade, classe, raça e gênero refletem diretamente **em como** e a partir **de onde** os e as pesquisadores/as enxergam as R(r)elações I(i)nternacionais, suas pesquisas e reflexões nos levam diretamente a compreender

o nexu entre o cenário internacional e a vida cotidiana, conduzidos pelas mãos dos/as autores/as na compreensão dos objetos que analisam. A famigerada separação do ambiente internacional e do ambiente doméstico, recurso de autoridade científica utilizada há décadas pelo *mainstream* do campo, é escancaradamente desafiado pela visão dos/as jovens autores/as nos seus textos, assim como o destaque para geografias de poder que também são deixadas de lado nas abordagens tradicionais da Política Internacional.

Tendo isso em conta, no capítulo um, Leonardo Alves da Silva, orientado pela Profa. Roberta Traspadini, apresenta como a Teoria Marxista da Dependência contribui para o campo teórico das Relações Internacionais ao, em contraposição às visões tradicionais, questionar o conceito tradicional de Estado, a sustentação do sistema capitalista e na manutenção do *status quo*. O trabalho busca, a partir da América Latina, compreender as complexidades subjacentes e as relações de poder que definem o cenário internacional, propondo uma análise mais abrangente e profunda das interações globais.

No capítulo dois, Julia Juvêncio Matos, sob a orientação da Profa. Tereza Maria Spyer Dulci, trata o papel dos atores não estatais no campo das Relações Internacionais, a partir do estudo da ascensão da China, em plena era do advento das redes sociais.

No capítulo três, Carolina Boscatto, no trabalho orientado pela Profa. Ana Carolina Teixeira Delgado, questiona a universalidade dos direitos humanos a partir da crítica da teoria feminista nas Relações Internacionais, demonstrando a partir de alguns exemplos como estes direitos foram elaborados de uma forma que produzem e reproduzem a subordinação das mulheres em relação aos homens. No capítulo quatro, Maynara do Rio Sales, orientada pelo por Profa. Ana Carolina Teixeira Delgado., contribui a partir de uma leitura crítica do instrumento de tutela utilizado pela Organização das Nações Unidas, focando no caso da Nigéria. Seu texto demonstra como o discurso de tutela internacional construiu um

sistema hierarquizado, marcado por uma diferenciação feminizada e racializada, os quais condicionam os papéis e posições assumidos pelos Estados na Política Internacional.

No capítulo cinco, Adriana del Pilar López Avella, sob orientação da professora Paula Fernandez, debate o processo de negociação de paz entre o Estado Colombiano e as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC-EP), analisando os resultados desse contexto do pós-acordo na Colômbia sobre os povos e a natureza.

No capítulo seis, Djenika Senatus, sob a orientação da Profa. Karen dos Santos Honório examina a construção da ideologia anti-haitiana e a haitiano-fobia como elementos integrantes da política externa da República Dominicana. Por último, no capítulo sete que encerra a obra, Adrián Larroca Ferrari, orientado pelo Prof. Fernando Romero, aborda o tema das barreiras não-alfandegárias no MERCOSUL (Mercado Comum do Sul) através de um estudo de caso do seu impacto no setor lácteo uruguaio entre 1991 - 2017, evidenciando como elas alteraram o comércio de lácteos nos países do MERCOSUL e sua correlação com a integração econômica no âmbito do bloco.

Esperamos que os leitores e leitoras desfrutem dos trabalhos e das reflexões que essa nova geração de internacionalistas semeia no campo das Relações Internacionais, sementes das quais o curso de Relações Internacionais e Integração da UNILA busca cultivar e que acredita ser o potencial transformador das Relações Internacionais. Compartilhar tais visões no formato deste livro nos enche de orgulho e esperança, coroa também o belíssimo trabalho de todo o corpo docente que constrói cotidianamente nosso curso e as R(r)elações I(i)nternacionais engajadas em transformar realidades, visões e perspectivas hegemônicas.

# CONTRIBUIÇÕES DA TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA FRENTE AO TRADICIONALISMO NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Leonardo Alves da Silva

Este texto examinará as Relações Internacionais, destacando inicialmente duas perspectivas teóricas prevalentes: o realismo político e o liberalismo. Embora essas escolas ofereçam visões distintas sobre o papel do Estado e as interações entre nações, ambas convergem na sustentação do sistema capitalista e na manutenção do *status quo*. Esta análise visa ilustrar como essas teorias, frequentemente vistas como opostas, atuam como duas faces da mesma moeda no contexto global.

O realismo político enxerga o Estado como o ator central, movido pela lógica de poder e segurança. Esta perspectiva, que evoluiu significativamente após a Primeira Guerra Mundial, enfatiza a anarquia internacional e a competição por um equilíbrio de poder. Figuras como Hans Morgenthau e Kenneth Waltz exemplificam a modernização dessa abordagem em tempos de conflito e polarização.

Por outro lado, o liberalismo, com seu enfoque em cooperação e valores como igualdade e liberdade individual, promove uma ordem econômica aberta e o desenvolvimento de instituições internacionais como mecanismos de paz e estabilidade, posicionando os Estados Unidos como líder supremo do sistema capitalista global.

No entanto, o cerne deste texto está na exploração de teorias alternativas, como o Imperialismo e a Teoria Marxista da Dependência, que desafiam essas visões tradicionais. Essas abordagens

críticas questionam a noção convencional de Estado e investigam as dinâmicas de exploração e desigualdade que transcendem os limites impostos pelo realismo e liberalismo. Com um foco particular na América Latina, este estudo busca revelar as complexidades subjacentes e as relações de poder que definem o cenário internacional, propondo uma análise mais abrangente e profunda das interações globais.

## **O “internacional”: divergências congruentes**

Os estudos que têm as Relações Internacionais como objeto partem de um ponto comum no qual se tem como implacável e definitivo o triunfo da racionalidade estatal – a grande expressão de dominação política moderna –, cujo amadurecimento se dá sobretudo desde meados do século XIV – tendo o mercantilismo como seu catalisador – e que culmina em um processo de estruturação a partir da Primeira Grande Guerra.

No plano teórico da área das Relações Internacionais, em particular, e da Ciência Política e das Ciências Sociais, em geral, essa compreensão funda uma escola que se consolida com grande proeminência na interpretação da realidade social – o realismo político. Nesse sentido, o Estado é axial, incontestável e está na raiz de uma dentre as possíveis histórias desta área. Tal história remete ao surgimento da noção de soberania dos tratados da Paz de Westfália<sup>1</sup> – mas que teve gestação no século precedente – período o qual se pode conceber, em termos formais, o surgimento da organização política moderna. No entanto, poderíamos retomar a história da expansão de diversas civilizações conjugada à história do

---

<sup>1</sup> Trata-se de um conjunto de contratos firmados em duas regiões germânicas – Muster e Osnabruk – que deram fim a 30 anos de conflitos políticos-religiosos na região. Como resultado desses tratados se convencionou uma série de formalidades entre as unidades políticas de modo a separar as dimensões doméstica e internacional de sua atuação e, ainda, estabeleceu os marcos de uma noção de soberania que coroaria a relação moderna entre os entes estatais. (cf. Bandeira, 2013, 56).

militarismo e da edificação da burocracia estatal ou, como afirma Esther Barbé (1995), nos remonta até Tucídides,<sup>2</sup> ou seja, uma disciplina nova que aborda problemas clássicos.

Em termos gerais, o realismo é de linha ontológica e se fundamenta no conceito de percepção e de detecção da realidade como é e como se apresenta *de facto* aos sujeitos cognoscentes. Há uma exposição das entranhas do ser humano em tal perspectiva. O foco são as vontades muitas vezes amorais do indivíduo com seus dilemas do jogo da vida em sociedade (Castro, 2014, p. 312).

O período entre as guerras mundiais foi essencialmente o cenário que direcionou as discussões acadêmicas em Relações Internacionais, influenciando tanto a esfera política quanto a teórica. Naquela época, as análises baseadas em fatos e eventos concretos ganharam precedência sobre as interpretações tidas como idealistas do cenário global. Assim, a *realpolitik* emergiu como o paradigma mais comum para entender o porquê das abordagens normativas e jurídicas anteriores terem falhado. O liberalismo utilitarista foi então substituído por um pragmatismo de mesma natureza, para o qual a prioridade do Estado passou a ser a segurança, o equilíbrio de poder e a autopreservação, em um ambiente onde a tendência natural seria o conflito generalizado. O Estado passou a ser visto como a manifestação secular da humanidade que, na ausência de um contrato social, estaria inclinada ao conflito armado.

Mais tarde, Hans Morgenthau foi a expressão de grande envergadura desse imbricamento do utilitarismo pragmático e a política de Estado. Seus estudos não só foram fundamentais para o resgate e a atualização do realismo, mas também como ferramenta para o delineamento de uma política externa estadunidense no período da Guerra Fria (Barbé, 1995, p. 61). Com sua notável obra *Política entre*

---

<sup>2</sup> Tucídides foi um importante intelectual política que viveu em meados de 471 e 400 a.C., ficou marcado pela análise da Guerra do Peloponeso, trazendo importantes visões sobre as Relações Internacionais, a guerra, a tecnologia etc., sendo marcado com grande envergadura para o pensamento realista político (Sarfati, 2005).

*as nações*, de 1948, Morgenthau atualiza o realismo clássico para um contexto marcado por uma hostilidade bélica em um mundo polarizado — principalmente por um projeto societário que punha em risco a hegemonia do modo de produção capitalista.

Consequente, Kenneth Waltz, professor da Universidade de Columbia, dará outro salto na abordagem do que se conceberia como neorealismo ou realismo estrutural. Suas principais obras, *Man, the State, and War: a theoretical analysis* (1959) e *Theory of International Political* (1979), constituem um manifesto para a reafirmação da perspectiva estadista-militarista no paradigma das Relações Internacionais, embora incorporando outros elementos.

Dentre as contribuições de Waltz para os estudos teóricos das Relações Internacionais, destaca-se sua caracterização das três imagens que, segundo ele, explicariam as Relações Internacionais. Seu objetivo era sintetizar as respostas dadas às perguntas sobre a origem da guerra, sendo elas: 1. A natureza humana; 2. A estrutura interna dos Estados e. 3. A anarquia internacional. Waltz atribui à anarquia internacional a explicação mais precisa para a questão da guerra. Portanto, as questões internas dos Estados — representadas pelas duas primeiras imagens — deveriam ser dissociadas da terceira imagem para o estudo adequado das Relações Internacionais (Halliday, 2007, p. 46).

Waltz se posiciona de maneira incisiva em oposição aos institucionalistas e liberais, escola das teorias das Relações Internacionais que veremos em seguida. Sua perspectiva reafirma a centralidade do poder e da aspiração militar em um ambiente internacional anárquico, em contraste com aqueles que defendiam a obsolescência do Estado, a interdependência e as instituições como marcos de uma nova era do sistema internacional.

## Os liberalismos e a questão Internacional

Vamos, portanto, analisar como o realismo político, que surge após o que é considerado “idealismo” por ele, aborda questões internacionais e em que medida essas abordagens se cruzam.

Assumindo a presidência dos Estados Unidos da América em 1912, Woodrow Wilson emergiu como uma figura central na reestruturação do cenário global pós-guerra. Seus “14 Pontos” foram cruciais na modelagem do sistema internacional, estabelecendo um contraponto ao Decreto de Paz de Vladimir Lênin. Este confronto marcou o início de um extenso período de hegemonia, no qual a União Soviética e os Estados Unidos se consolidaram como atores preponderantes no palco das Relações Internacionais.

A partir das proposições contidas nesse documento, elaborado pelo então líder estadunidense, foi possível construir um robusto arcabouço jurídico-normativo destinado a regular a presumida anarquia inerente ao ambiente internacional. Ancorada na perspectiva kantiana de paz perpétua, a Liga das Nações (ou Sociedade das Nações) emergiu como o ápice desse racionalismo. É a vigência da perspectiva liberal dos estudos teóricos das Relações Internacionais.

Uma reviravolta convulsiva na trajetória da política externa norte-americana [...]. Como nenhum outro presidente antes ou depois dele, Wilson deu voz, em tom messiânico, a cada acorde de presunção no repertório imperial. A religião, o capitalismo, a democracia, a paz e o poder dos Estados Unidos eram um só (Anderson, 2015, p. 12).

Nesse sentido, na análise das Relações Internacionais, o paradigma liberal emerge como um aparente contraponto ao realismo em suas diversas vertentes. Os autores clássicos do liberalismo são aqueles que se opuseram à perspectiva pessimista da natureza humana, em geral, apesar de reconhecerem seu caráter egoísta

no estado natural. Esses teóricos adotaram uma abordagem que valoriza “lógica da boa-fé, da cooperação, da interação normativa e igualitária” (Castro, 2016, p. 340).

Os fundadores da tradição clássica do liberalismo incluem figuras como John Locke e Immanuel Kant, bem como os economistas Adam Smith e David Ricardo. Embora os dois últimos sejam frequentemente associados à economia, também contribuíram para a teoria das Relações Internacionais.

No contexto das Relações Internacionais, o liberalismo ganhou relevância acadêmica no início do século XX, mais especialmente após a Segunda Guerra Mundial. Antes disso, a preocupação central desse paradigma estava relacionada à natureza do Estado e sua relação com os indivíduos e a sociedade. Embora não houvesse uma coerência rígida, o liberalismo apresenta alguns elementos definidores. Um deles é o papel do Estado como um mal necessário e uma ameaça em potencial, cuja função é garantir a segurança para o exercício da liberdade individual e a construção de uma sociedade ordenada, propícia ao pleno desenvolvimento do comércio.

A ideia central, aqui, é a de que as sociedades bem-ordenadas tendem a ser autorreguladas, ou seja, são capazes de corrigir, por meio de instituições e processos inerentes à sua organização, desequilíbrios, ineficiências e crises que ameacem sua existência e reprodução. Os liberais acreditam que a razão humana pode formular princípios filosóficos, morais e políticos que façam com que as instituições de uma sociedade atuem sempre no sentido do equilíbrio e da autorregulação (Nogueira; Messari, 2005, p. 60).

Sem dúvida, o liberalismo emergiu nesse momento como um paradigma relevante no debate em contraposição ao neorealismo. Nas décadas de 70 e 80, surgiram várias expressões dentro do liberalismo, como as teorias da interdependência, com Robert Keohane e Joseph Nye; do funcionalismo, de David Mitrany; do neofuncionalismo, de Ernst B. Haas; e do transnacionalismo, abordado principalmente por James Rosenau. Embora

não nos aprofundemos em detalhes aqui, essas abordagens exploraram diferentes aspectos das Relações Internacionais, desde essa perspectiva teórica.

O neorrealismo, como uma extensão e aprofundamento do realismo clássico, se coloca ao lado do seu parceiro teórico tradicional: o neoliberalismo. Anteriormente, em termos do debate que geraram, ambas as perspectivas eram postas como díspares, entretanto, à medida que o curso da história ia confirmando a predominância da racionalidade estatal como mote e do capitalismo como de produção reinante, o antagonismo, em partes, pôr-se-iam em termos de síntese e de complementariedade. Ombro a ombro, não só se propunham a simplesmente descrever a estrutura e o processo, mas, igualmente a defesa intransigente do *status quo*.

## **O internacional para além do tradicionalismo: imperialismo e o internacionalismo**

Os princípios wilsonianos citados acima desdobram-se em duas dimensões fundamentais da política externa dos Estados Unidos e que nos ajudam a ilustrar o argumento defendido nesse texto.

A primeira, emergindo algumas décadas após sua formulação, diz respeito aos planos delineados por Franklin Delano Roosevelt no período imediatamente posterior à Segunda Guerra Mundial. Nesse contexto, Roosevelt, 32º presidente dos Estados Unidos, advogava que o “mundo deveria ser transformado em um lugar seguro para o capitalismo em geral; e, dentro do mundo do capitalismo, os Estados Unidos deveriam reinar supremos”, ancorados nos ideais da democracia liberal (Anderson, 2015, p. 23).

Esse foi o verdadeiro advento do imperialismo norte-americano, bem compreendido – não uma consequência natural do expansionismo incremental dos de baixo, vindo do passado, mas a cristalização súbita de um projeto como dos de cima para refazer o mundo à imagem e semelhança dos EUA. [...] Em 1945,

com seu território intocado pela guerra, os Estados Unidos tinham uma economia três vezes maior que a da URSS e cinco vezes maior que a da Grã-Bretanha, controlavam metade da produção industrial do mundo e três quartos das suas reservas de ouro. As bases institucionais de uma paz estável teriam de refletir essa predominância (Anderson, 2015, p. 28).

A segunda dimensão, situada nas décadas de 1960 e 1970, coincide com o período em que os Estados Unidos se consolidaram como uma potência industrial avançada. Nesse contexto, observamos a síntese entre o liberalismo e o realismo na política externa estadunidense. Por um lado, o liberalismo buscava “chamar a atenção do mundo para os valores que a nação preza – democracia, livres mercados, direitos humanos e abertura internacional”; e, por outro, do realismo, com fim a “manter os Estados Unidos seguros e prósperos”. Assim, o tensionamento da política de “Portas Abertas” não poderia ocorrer sem uma robusta postura militarista (Anderson, 2015, p. 240).

Robert Art, estrategista do Pentágono, identificou os interesses dos Estados Unidos em duas categorias: os vitais e os desejáveis. Os primeiros incluíam a segurança nacional contra armas de destruição em massa, a preservação de grandes conflitos de poder na Eurásia e o acesso contínuo ao petróleo da Arábia. Os interesses desejáveis abrangiam a manutenção de uma ordem econômica internacional aberta, a promoção da democracia e a defesa dos direitos humanos, bem como a proteção do meio ambiente global (Anderson, 2015, p. 240). Nesse contexto, percebemos que as escolas de pensamento político, na prática, eram faces de uma mesma moeda, com a difusão da lógica liberal ocorrendo por meio de uma política de segurança respaldada por um Estado forte – especialmente no âmbito dos Estados centrais do sistema capitalista, com destaque para os Estados Unidos.

Ou seja, embora as abordagens realistas e liberais das Relações Internacionais tenham, em certa medida, mantido distância uma da outra, compartilham a defesa da centralidade do Estado e a inevitabilidade do capitalismo como ápice da trajetória da história humana.

No entanto, apesar de ter sido relegado a segundo plano pela academia, o debate sobre o imperialismo permanece fundamental para a compreensão do cenário internacional, da própria razão de ser do Estado e das causas subjacentes à beligerância. Nesse sentido, é imprescindível considerar os desenvolvimentos imperialistas que marcaram o final do século XIX e se desdobraram ao longo do século XX.

A longevidade teórica do conceito de imperialismo é notável. Enquanto algumas categorias são abandonadas ao longo do tempo, o imperialismo persiste como objeto de estudo e reflexão. A influência de Vladimir Lênin, por exemplo, é inegável nesse contexto. Suas análises críticas sobre as particularidades econômicas e políticas do capitalismo, especialmente durante a transição do século XIX para o XX, continuam a ecoar nas discussões contemporâneas.

O imperialismo, ou domínio do capital financeiro, é o capitalismo no seu grau superior [...]. O predomínio do capital financeiro sobre todas as demais formas do capital implica o predomínio do *rentier* e da oligarquia financeira, a situação destacada de uns quantos Estados de poder financeiro em relação a todos os restantes. [...] A época do capitalismo contemporâneo mostra-nos que se estão estabelecendo determinadas relações entre os grupos capitalistas com base na partilha econômica do mundo, e que, ao mesmo tempo, em ligação com isto, se estão estabelecendo entre os grupos políticos, entre os Estados, determinadas relações com base na partilha territorial do mundo, na luta pelas colônias, na luta pelo território econômico (Lênin, 2010, p. 85).

Assim, divergindo da abordagem convencional que considera o Estado como implacável, a perspectiva crítica marxista afirma a necessidade de aprofundar nossa compreensão desse ente político. Não se trata, nesse sentido, de analisá-lo isoladamente, mas sim de desvelar sua essência, compreender o metabolismo de suas células histórico-sociais e, assim, apreender a totalidade de sua existência.

A perspectiva que enfatiza uma suposta natureza humana como fundamento do Estado é, na verdade, uma escolha política. Sob essa ótica, não apenas a existência do Estado é naturalizada, mas também a exploração e a dominação inerentes à sua razão de ser. No entanto, essa visão simplista não contempla a complexidade intrínseca ao Estado e suas Relações Internacionais.

As Relações Internacionais, em seus fundamentos teóricos, geralmente partem de expressões fenomênicas da realidade, embora supostamente recorram a certos princípios filosóficos relacionados à natureza humana. No entanto, o caminho que a teoria social de perspectiva marxista irá orientar é a da afirmação do fenômeno apenas como uma parte visível do real. Karl Marx nos alerta sobre a impossibilidade de capturar a realidade por meio do pensamento a partir meramente de sua representação imediata, embora seja um ponto de partida e de chegada da transposição do real em pensamento. Não podemos, por exemplo, concluir sobre a origem e as formas de combater a guerra apenas afirmando sua inevitabilidade. Da mesma forma, recorrer a recursos metateóricos que consideram a aparente natureza beligerante humana como neutra do ponto de vista do Estado seria insuficiente. Esse contato apriorístico levaria apenas a uma expressão caótica da realidade, mantendo seu metabolismo como uma natureza própria, não social ou historicamente produzida.

Então, como podemos obter uma compreensão mais rica das Relações Internacionais em toda a sua complexidade? A resposta está em reconhecer as “forças motrizes das forças motrizes”, retro-

cedendo até a fonte material e evidenciando a ingenuidade imediata. Devemos nos ater ao desenvolvimento histórico, superando a visão imediatista (Lukács, 2015, p. 84).

Nos estudos tradicionais sobre Relações Internacionais, o Estado é frequentemente considerado apenas como aquilo que aparenta ser, e o âmbito internacional é visto como sua consequência imediata na dimensão externa. No entanto, o método marxiano nos convida a adotar uma abordagem diferente, especialmente em um contexto em que a primazia do humano sobre a vida é fundamental.

Marx entende, então, que não foi o Estado que criou a sociedade, e sim que ele é resultante de determinada estrutura social. Foi o capitalismo, na verdade, que estruturou essa forma política específica (Mascaro, 2015, p. 22).

## **Dependência e as Relações Internacionais desde a América Latina**

O desdobramento dessa discussão, se partirmos dos estudos desde a América Latina, faz-nos reconhecer a grandeza das reflexões como a da Teoria Marxista da Dependência, fruto dos estudos das particularidades e da legalidade do modo de produção capitalista na periferia do mundo. Isso desaguará, portanto, em uma compreensão ainda mais apurada das Relações Internacionais.

A Teoria Marxista da Dependência parte da premissa de que a leitura internacionalista, compreendida como a apreensão e análise abrangente dos fenômenos, é fundamental. Segundo Marini (1973, p. 4), as necessidades básicas dos trabalhadores nos países capitalistas avançados são atendidas à custa da exploração dos trabalhadores na periferia do capital. O deslocamento da acumulação pela exploração do trabalhador para uma maior capacidade produtiva do trabalho é evidente nos centros do capital, onde ocorre a transi-

ção da produção de mais-valia absoluta para mais-valia relativa. A América Latina desempenha um papel significativo nesse aumento da mais-valia relativa nos países industriais.

Essas desigualdades em relação ao capital externo levam à organização interna da burguesia para mitigar as perdas de lucro. Isso envolve a intensificação da exploração da força de trabalho por meio de prolongamento da jornada de trabalho, redução salarial e intensificação do trabalho.

Marisa Amaral (2012, p. 42) destaca que as relações de produção são desiguais, com o desenvolvimento de algumas partes do sistema ocorrendo à custa do subdesenvolvimento de outras. As nações hegemônicas transferem o excedente gerado nos países dependentes para os países dominantes, seja na forma de lucros ou juros, resultando na perda de controle dos dependentes sobre seus recursos.

Dessa forma, a reflexão sobre o sistema de estados não deve se basear em uma aparente isonomia interestatal. A soberania no capitalismo dependente é restrita, tanto externamente quanto internamente. O princípio formal do estado nacional soberano na periferia é questionado, pois sua existência se baseia em um sistema reprodutivo integrado para sustentar a vida material da sociedade. O exercício desigual da soberania é uma característica estrutural do sistema mundial capitalista, sendo mais pronunciado nas nações imperialistas ou centrais e menos nas nações dependentes ou periféricas (Osório, 2014, p. 177). A incorporação da noção de “interesse nacional” também deve ser reconsiderada à luz da especificidade da dependência e do papel do capitalismo. A atuação política e econômica dos Estados tende a refletir essas dinâmicas na política internacional.

## Conclusão

O texto destaca a importância de abordagens alternativas, como com o recurso à teoria do Imperialismo e a Teoria Marxista da Dependência, para uma compreensão mais profunda das Relações Internacionais. Essas teorias críticas desafiam as visões tradicionais e investigam as dinâmicas de exploração e desigualdade que transcendem os limites do realismo e liberalismo.

Com foco na América Latina, a Teoria Marxista da Dependência revela as complexidades e relações de poder que definem o cenário internacional, propondo uma análise que considera as forças materiais e históricas na formação do Estado e suas interações globais. A perspectiva marxista irá enfatizar a necessidade de superar a visão imediatista e reconhecer a soberania desigual no sistema capitalista mundial, refletindo a realidade dos Estados dependentes e a influência do capitalismo na política internacional.

## REFERÊNCIAS

AMARAL, M. S. **Teorias do imperialismo e da dependência: a atualização necessária ante a financeirização do capitalismo.** Tese (Doutorado em Economia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

ANDERSON, P. **A política externa norte-americana e seus teóricos.** 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2015.

BARBÉ, E. **Relaciones internacionales.** Madrid: Tecnos, 1995.

CASTRO, T. **Teoria das Relações Internacionais.** 2. ed. Brasília: FUNAG, 2016.

DOBB, M. **A evolução do capitalismo.** São Paulo: Abril Cultural, 1993.

HARVEY, D. **O novo imperialismo.** São Paulo: Loyola, 2004.

KISSINGER, H. **Sobre a China.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

LÊNIN, V. **O imperialismo: fase superior do capitalismo.** São Paulo: Centauro, 2010.

LUKÁCS, G. **Reboquismo e dialética: uma resposta aos críticos de História e consciência de classe.** São Paulo: Boitempo, 2015.

MARINI, R. M. **A Dialética da dependência. Ensaio.** México: CEPES, 1973.

MASCARO, A. A crítica do Estado e do direito: a forma política e a forma jurídica. *In*: NETTO, J. P. **Curso livre Marx-Engels: a criação destruidora.** 1. ed. Vol. 1. São Paulo: Boitempo, 2015. p. 10-24.

NOGUEIRA, J.; MESSARI, N. **Teoria das Relações Internacionais**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

SARFATI, G. **Teoria das Relações Internacionais**. São Paulo: Editora Saraiva, 2005.

TRAPADINI, R. **Questão agrária, imperialismo e dependência na América Latina**: a trajetória do MST entre novas-velhas encruzilhadas. 2016. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

# O PAPEL DE ATORES NÃO-ESTATAIS NA CONSOLIDAÇÃO DA CULTURA POPULAR CHINESA

Julia Juvêncio Matos

A cultura é uma ferramenta indispensável no estabelecimento de relações de poder no micro e macrocosmo. Ela diferencia e hierarquiza desde indivíduos em contextos locais, a países ou continentes no contexto internacional. As produções culturais sempre possuem etnia, nacionalidade, gênero, classe, dentre outros fatores determinantes daqueles que as consomem. Sua constituição está, necessariamente, atrelada à posição que seus produtores e consumidores ocupam no sistema-mundo (Wallerstein, 2005).

Habitualmente, a esfera cultural pode ser vista muitas vezes como secundária ao analisarmos a geopolítica mundial. Ao definir potências hegemônicas, por exemplo, é intuitivo nos estudos das Relações Internacionais que se analise o poder por vias mais objetivas, como aspectos econômicos, políticos e históricos. Entretanto, a existência dessas potências cria relações de poder que atravessam a esfera político-econômica, criando o que entendemos como culturas hegemônicas, que detém o discurso dominante, e não hegemônicas, que tendem a demonstrar com mais intensidade manifestações ideológicas de países não centrais (Wallerstein, 2005).

Em outras palavras, o sistema-mundo trata da divisão internacional do trabalho, em que nações ocupam um espectro entre centro e periferia. As indústrias culturais não são exceções a esse arranjo, tendendo a ser fruto de organizações também políticas. Dessa forma, a cultura produzida na Ásia, entendida como periferia

ou semiperiferia, não terá o mesmo crédito, divulgação e relevância de produções estadunidenses e europeias, contempladas pelo status central (Wallerstein, 2005).

A consolidação da China como potência hegemônica tem sido parte importante na quebra das narrativas reproduzidas pelas potências capitalistas em ambos os hemisférios. Sua solidificação ocorreu junto da popularização de novas tecnologias, como a *Internet*, que permitiram ainda mais a diversificação e divulgação ampla de novas perspectivas a nível global. A evolução do consumo de cultura tem acompanhado as transições da *World Wide Web*, passando da recepção passiva do público a um espaço cada vez mais participativo. Essa transformação do ambiente virtual como um todo, apesar de não atingir homogeneamente todos os indivíduos, dadas as disparidades de acesso, têm criado espaços que superam os âmbitos locais, regionais e nacionais, contribuindo para uma maior disseminação e diversificação das visões de mundo.

A ascensão de países inicialmente classificados como periféricos, dentro dessa dinâmica, cria um desequilíbrio no exercício de reprodução das ideias de países centrais. Novamente, a mudança de *status* político-econômico de um país reflete diretamente a reputação e visibilidade de sua produção cultural. A cultura produzida no continente asiático, considerando principalmente as contribuições chinesas, esteve por muito tempo atrelada necessariamente ao local que essa região ocupava no sistema-mundo (Said, 2007).

Este capítulo tem como objetivo explorar parte da movimentação chinesa no caminho da expansão cultural internacional, e o papel de atores não-estatais no estabelecimento de um solo fértil para o desenvolvimento de uma eventual liderança cultural despreendida de estereótipos passados e aproximada cada vez mais de identidades chinesas diversas. Por fim, o trabalho visa aventar a possibilidade de uma onda cultural proveniente da China, protago-

nizada principalmente por agentes individuais através da cultura popular chinesa, partindo de um consumo de cultura próprio do século XXI, que ocorre fortemente por meios digitais.

## **A China para além da proposta comercial**

Concebendo o histórico chinês de larga exportação de bens, é possível afirmar que o país é um exportador nato: a política imperial chinesa anterior à Dinastia Qing já valorizava e enxergava a conexão direta entre o comércio internacional e a diplomacia. Isto é, este país possuía considerável rede comercial dentro e fora da Ásia, desde a Rota da Seda até o comércio marítimo (Keller; Shiue, 2020).

A retórica quanto à importância da exportação para a nação chinesa também é válida quando tratamos de aspectos culturais. O leste da Ásia tem sua constituição drasticamente afetada pelo expansionismo chinês. Escrita, filosofia, moda e culinária são apenas alguns exemplos da forma como as práticas chinesas foram replicadas através dos séculos para além do território nacional (Zhang, 2012).

## **Expansionismo cultural**

O Império do Meio<sup>1</sup> considerava sua cultura universalista, dessa forma, além de interligar a própria nação, também servia para ter elementos incorporados por outras nações. Mais tarde, vemos esse atributo em prática, por exemplo, na estruturação das sociedades japonesa, coreana e vietnamita. Essas nações misturavam aspectos

---

<sup>1</sup>Tradução literal do termo Zhongguo, nome dado à China em mandarim hoje. O termo aparece como um dos muitos nomes utilizados durante o período imperial para designar a nação e denota a centralidade do Império geográfica e politicamente (Kwong, 2015).

de suas próprias culturas com a tradição chinesa, criando culturas individuais, ainda que diretamente influenciadas pelo Império do Meio (Zhang, 2012).

Para além do continente asiático, a China era alvo de forte curiosidade e interesse dentro do Ocidente, se refletindo em fenômenos como a *Chinoiserie*, em que, a partir da popularização da seda, pinturas, porcelana, dentre outros produtos importados pelos europeus, designers ocidentais iniciaram a reprodução dessas tecnologias e imagens na própria Europa, remetendo sempre ao imagético chinês. A reprodução desse conceito em pintura, moda, literatura, e outras formas artísticas, consolidou a *Chinoiserie* como uma das maiores evidências materiais da supremacia cultural chinesa do período (Chang, 2010).

Quando nos voltamos para a responsabilidade de indivíduos como propagadores da cultura chinesa, a migração da própria população também teve forte papel na consolidação de aspectos culturais no mundo ocidental. Tomando os Estados Unidos como principal exemplo, a população chinesa teve contribuição decisiva em diversos aspectos da estruturação do país que enxergamos hoje: os chineses, em sua maioria provenientes da província de Guangdong,<sup>2</sup> foram responsáveis por grande parte da exploração do ouro na Califórnia, iniciada em 1849, e também na construção da metade ocidental da Ferrovia Central do Pacífico, concluída em 1869 (Holland, 2007).

Esse contingente populacional se refugia posteriormente nas chamadas *chinatowns*. Como sugere o nome, esses espaços são áreas urbanas fora da China com concentração significativa de imigrantes chineses, estabelecendo um conglomerado cultural fora do país natal. Vale ressaltar que os bairros chineses no Ocidente eram guetos para os imigrantes chineses, marginalizados e considerados

<sup>2</sup> Região costeira importante na expansão comercial chinesa durante a dinastia Qing. Durante a Segunda Guerra Anglo-Chinesa, foi tomada pela Coroa Inglesa para a expansão da distribuição de ópio no território. Geograficamente, a região é muito próxima das regiões autônomas de Hong Kong e Macau, antigas colônias inglesa e portuguesa, respectivamente.

“outros” pelas sociedades dominantes. As *chinatowns* foram as principais precursoras da culinária chinesa no mundo todo, estabelecendo variedades de restaurantes chineses no Oeste. A presença desses restaurantes garantiu a introdução da culinária chinesa ao paladar ocidental, tornando-se uma das mais populares do mundo hoje, junto da italiana e japonesa (Ang, 2020).

Analisando o contexto de ascensão pacífica chinesa, a cultura é considerada a principal responsável pela construção da reputação e confiabilidade do país (Lai, 2012). O governo chinês compreende a diplomacia cultural como uma ferramenta que permite elevar positivamente a imagem e a percepção mundial sobre a China a partir do aumento do conhecimento sobre o país internacionalmente (Becard; Menechelli Filho, 2019).

Hoje a cultura segue sendo vista como um pilar importante na constituição de uma imagem chinesa para o exterior, com o adendo de ser uma ferramenta essencial na construção da civilização chinesa moderna. O vigésimo congresso do Partido Comunista Chinês, ocorrido em outubro de 2023, marca o início de uma abordagem enfática na propagação também da ideologia socialista chinesa a partir da cultura, além de manifestar os interesses do país em se tornar um líder cultural mundial a partir da atualização de suas práticas culturais.

Indo de encontro à visão adotada uma vez na Revolução Cultural,<sup>3</sup> Xi Jinping traz após sua reeleição uma nova perspectiva sobre o papel da cultura tradicional chinesa na consolidação da civilização chinesa moderna. A “confiança” cultural tem sido traduzida cada vez mais como um debate importante para garantir o enriquecimento e prosperidade da cultura chinesa (Zheng, 2023).

---

<sup>3</sup>A Revolução Cultural chinesa foi um movimento que tinha como objetivo expurgar o país da cultura tradicional “feudal” e, além de promover a destruição de patrimônios históricos importantes da história chinesa, perseguia contrários ao novo regime sob a premissa de erradicar os “Quatro Velhos” (velhas ideias, velha cultura, velhos costumes, velhos hábitos). A partir da morte de Mao, a Revolução Cultural foi condenada pelos novos líderes da China (Kissinger, 2011).

A confiança em sua própria cultura, vista como uma expressão mais ampla, profunda e fundamental de autoconfiança, é a fonte de força mais vital, profunda e duradoura para o progresso de um país e de seu povo. [...] Além disso, o pensamento ajudará o mundo a entender melhor a China e sua civilização ininterrupta, já que mal-entendidos sobre a China geralmente decorrem da falta de conhecimento sobre suas ricas tradições culturais e seu contexto histórico (Xinhua, 2023).

Entretanto, observar a China nas últimas décadas é comprovar que o advento do mundo digital possibilita que a expansão cultural chinesa transcenda a diplomacia cultural e as medidas projetadas pelo Partido Comunista. O aumento do acesso à informação possibilitou a criação de um espaço cada dia mais aberto para a ascensão de novas narrativas em relação ao Oriente e a China.

A difusão do acesso à tecnologia e à internet garantem hoje a ampla divulgação da cultura popular contemporânea chinesa, entendida como todo conteúdo cultural produzido na sociedade chinesa contemporânea recente, impulsionada, principalmente, pela população local e simpatizantes ao redor do mundo. Esse fenômeno cria espaço dentro de um mundo de narrativas ocidentalizadas, contemplando diversas áreas da cultura, como música, audiovisual, moda, culinária, mídia digital e seus derivados e subculturas, para a elaboração e difusão de narrativas orientais e, essencialmente, chinesas (Wu, 2018).

## **A era digital e suas consequências**

A noção de compartilhamento de informações e conhecimentos é introduzida ao mundo a partir da Web 2.0, ou social web, que emerge no início dos anos 2000, e tem como característica principal seu caráter interativo e colaborativo. Esse momento é marcado pelo surgimento das redes sociais clássicas e o início da geração de conteúdo por parte dos usuários, alterando a forma de comunica-

ção, compartilhamento de informação e consumo de mídias. Nesse sentido, também é visto o efeito dicotômico da internet no cenário político, que, ao mesmo tempo que funciona como ferramenta de “liberação”, por exemplo, dando voz à população vítima de regimes autocráticos, também é responsável pela divulgação mais eficiente de discursos xenofóbicos e *fake news* (Zhuravskaya; Petrova; Enikolopov, 2020).

Ademais, as redes sociais propiciam a criação de conexões e o fomento da compreensão entre a China e o restante do mundo. Essas plataformas facilitam o intercâmbio intercultural, permitindo que indivíduos provenientes de distintos países conheçam e se conectem quase que pessoalmente dentro das suas respectivas culturas. A popularidade das plataformas de mídia social chinesas, como o WeChat e o TikTok, cresceu significativamente fora da China. Para além, oferecem uma riqueza de conteúdo relacionado à cultura chinesa, incluindo aprendizagem de idiomas, música e dança, além de tutoriais de culinária. Elas também permitem que as pessoas se conectem com indivíduos e comunidades chinesas, oferecendo uma janela para as vidas cotidianas e perspectivas da população (Leplâtre, 2023).

Por meio da ascensão do TikTok, aplicativo de mídia para vídeos curtos criado pela companhia de tecnologia chinesa *Byte-Dance*, e sua versão chinesa, o Douyin, as dinâmicas tecnológicas ocidentais deixaram de estar dominadas exclusivamente pelas *Big Techs* estadunidenses. O aplicativo chinês se tornou o primeiro não pertencente à Meta, proprietária do Facebook, Instagram e Whatsapp, a atingir a marca de 3 bilhões de downloads (Iqbal, 2022). A relevância crescente da China para além do estatal, atrai olhares negativos das potências ocidentais. Em sua investida mais recente no enfraquecimento da empresa, o governo de Joe Biden condiciona a distribuição do aplicativo em seu território à venda do mesmo a *stakeholders* estadunidenses (Maheshwari; Holpuch, 2024).

Dessa maneira, as novas formas de produção e consumo cultural, aliadas à liderança tecnológica, viabilizam o protagonismo de atores não-estatais chineses na diversificação dos olhares sobre a China. Como consequência, enxergamos na popularização desses expoentes culturais o processo de consolidação de uma esfera sólida de influência do país ao redor do mundo (Klimeš, 2018).

Em 2022, uma pesquisa feita pelo *Center for Latin American & Latino Studies* da *American University* (Washington), financiada pelo *Institute for War and Peace Reporting* e o Departamento de Estado dos EUA, sobre o papel da China na América Latina e no Caribe, verificou que a China tem maior popularidade e reputação mais positiva entre os jovens, sobressaindo perspectivas mais progressistas nessa faixa etária mesmo após a pandemia e onda de propaganda negativa sobre o país na grande mídia (*Coordinadora Regional De Investigaciones Económicas Y Sociales*, 2022).

Esse público também é o principal alvo da proeminente cultura popular contemporânea chinesa, que conta com importantes figuras e aspectos imateriais que penetram progressivamente a bolha ocidental. A cultura popular chinesa se diferencia da cultura tradicional deste país e compreende uma abordagem mais vasta sobre o que é a China, seus valores e sua presença internacional. Entende-se como cultura popular todo conteúdo cultural produzido na sociedade chinesa contemporânea recente (Rodríguez Gómez, 2017).

A influência da cultura popular chinesa se expandiu significativamente, alcançando audiências internacionais e ganhando destaque em diversas plataformas de mídia. Filmes, séries de televisão, e especialmente a música, desempenham um papel crucial nessa expansão. A música pop chinesa, ou C-pop, atrai uma base de fãs global, influenciada tanto pelas raízes culturais chinesas quanto pelas tendências modernas do mercado musical global (Keane; Zhao, 2014).

Apesar de a música pop chinesa atual ter sido fortemente influenciada pela necessidade de concorrer com a indústria musical sul-coreana, as empresas coreanas se utilizaram em diversos momentos das demonstrações de talento exibidas em concursos de talentos chineses para recrutar o que futuramente se tornaram artistas de K-pop. Agências de talentos coreanas têm se voltado cada vez mais para o resto do mundo quando se trata de atrair talentos em mercados extremamente disputados. Dessa forma, surge Wong Ka-yee, popularmente conhecido como Jackson Wang, artista nascido na cidade de Kowloon Tong, colônia inglesa de Hong Kong (Lau, 2020).

Seu sucesso junto ao grupo foi refletido também dentro da China. Em 2015, o artista participou da programação da televisão chinesa. Em 2017, havia sido contratado como embaixador da marca chinesa Midea (China.com, 2017). No mesmo ano, lançou seu primeiro álbum solo na China, e foi escolhido como representante da China no *MTV Europe Music Awards 2017*. Em 2018, Wang foi nomeado promotor oficial do turismo em Hong Kong (Keying, 2018).

Wang demonstrou orgulho de sua nação em diversos momentos ao longo de sua carreira. Um dos jargões mais conhecidos do artista ao se apresentar, seja em shows ao vivo ou programas na internet, é “Jackson Wang, *from China*”.<sup>4</sup> A postura politizada<sup>5</sup> de Wang<sup>6</sup> foi evidenciada em outros momentos, como quando rompeu seu contrato de patrocínio com a marca Adidas por explorarem trabalhadores na região chinesa de Xinjiang (Hicap, 2021).

---

<sup>4</sup> “Jackson Wang, da China”.

<sup>5</sup> A região de Hong Kong acabou por ser cedida à Inglaterra como parte de diversos tratados de paz, sendo considerada uma expansão colonial inglesa. Hoje, Hong Kong é considerada uma Região Administrativa Especial da República Popular da China (Kissinger, 2011). Apesar da existência de grupos políticos que lutam para que a região seja reconhecida como Estado independente, Jackson Wang não se alinha ao movimento.

<sup>6</sup> A região de Hong Kong acabou por ser cedida à Inglaterra como parte de diversos tratados de paz, sendo considerada uma expansão colonial inglesa. Hoje, Hong Kong é considerada uma Região Administrativa Especial da República Popular da China.

Em um ato significativo de sua última turnê, durante sua apresentação em Londres, Wang declarou publicamente sua insatisfação com a propaganda “anti-China” promovida pela mídia ocidental. O discurso patriótico rendeu o apoio do povo chinês, que foi até a seção de comentários dos vídeos publicados para aplaudir a atitude do artista.

Quero me apresentar ao povo de Londres. [...] Eu sou Jackson Wang, da China. Este é o meu lar, este é o meu país natal. Ouçam, há tanta mídia falando besteira, não é nada parecido com a China. [...] Se você viajar para a China uma vez, você vai achar que o lugar é uma maravilha. Eu garanto, porque não entendo esse jogo que a mídia está tentando jogar. [...] Sou apenas um artista. Sou um cidadão, sou uma pessoa. [...] Só quero dizer que há muito bloqueio em relação a todas essas coisas da mídia. É por isso que vocês precisam ter cuidado. Entendem o que quero dizer? Estamos vivendo por conta própria. Todos são bem-vindos. Só quero dizer que hoje é o meu show. Quero apresentar a vocês a minha história. Esta é a minha história (Wang, 2023).

Essa atitude é estratégica e pode ser recebida, para além de uma crítica, como um convite a todos que o acompanham a conhecer mais sobre o país (BO, 2023). As mídias do show divulgadas pelos jornais internacionalmente somam mais de 5 milhões de visualizações no YouTube e Twitter. Neste sentido, Zheng Xu (2023) enfatiza o papel importante de “estrelas globais” como embaixadoras da causa chinesa fora do país.

Por fim, o uso da tecnologia como ponto comum na construção de espaços de compartilhamento para identidades culturais no século XXI encurta as distâncias físicas e aumenta a superfície de contato entre os países. A popularização de diversos tipos de mídias, como livros, séries, jogos e música, partilham o *timing* de mobilizar massivamente públicos uma vez indiferentes em relação à cultura chinesa (Pan *et al.*, 2020).

## Conclusão

O entendimento do indivíduo como agente relevante das Relações Internacionais ainda é um tema em disputa, por se tratar de um fenômeno recente. Durante muito tempo, as limitações da realidade restringiam também a forma como os países poderiam alcançar um ao outro e estabelecer relações amplas em diversos âmbitos. A possibilidade trazida pela globalização, além do advento da internet, gerou dimensões para análise nunca vistas, criando a demanda de compreender de que forma as interações promovidas pela sociedade civil de diversas nações influenciam diretamente na política doméstica e exterior dos países.

Estudos ocidentais quanto à internacionalização da cultura chinesa costumam se limitar à centralidade do Estado na construção de uma agenda externa para a área, deixando de lado temáticas corriqueiras e definitivamente mais presentes na esfera individual. Deste modo, analisar a ascensão cultural chinesa em pleno movimento requer atenção não apenas ao jogo político, embora seja imprescindível comparar também de que forma a geopolítica contribui para a expansão “orgânica” de aspectos mais corriqueiros da vida na China. Entretanto, deixar de lado o inverso limita a rede de influência das Relações Internacionais (Wu, 2018).

Assim, o presente capítulo se propôs a compreender de que forma a sociedade civil chinesa pode se tornar embaixadora da cultura chinesa internacionalmente por meio da cultura pop e do mundo digital, garantindo uma visão renovada da República Popular da China e uma perspectiva de transição da hegemonia cultural para a região asiática.

## REFERÊNCIAS

ACKERLY, B. Women’s human rights activists as cross-cultural theorists. **International feminist journal of politics**, v. 3, n. 3, p. 311-346, jul. 2010.

ANG, I. Chinatowns and the rise of china. **Modern Asian Studies**. Cambridge, v. 54, n. 4, p. 1367–1393, jul. 2020.

BECARD, D. S. R.; MENECELLI FILHO, P. Chinese Cultural Diplomacy: instruments in China’s strategy for international insertion in the 21st Century. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 62, p. e005, abr. 2019.

BO, A. Jackson Wang’s attack on Western media’s false China narrative shines a light on elephant in the room. **Global times**, 16 jan. 2023. Disponível em: <https://www.globaltimes.cn/page/202301/1283881.shtml>. Acesso em: 25 nov. 2025.

CHANG, A.-N. **Francois Boucher and his chinoiserie**. [S.l.: s.n.], 2010.

CHINA NET. “Tenho bons convidados e há muitas belezas” – Midea se une a Wang Jiaer para abrir uma nova era de inteligência. **CHINA NET**, [S.l.: s.n.], 16 set. 2016.

COORDINADORA REGIONAL DE INVESTIGACIONES ECONÓMICAS Y SOCIALES. **Survey of opinion leaders: Assessments of China’s role in latin america and the Caribbean**. Washington, American University, jan. 2022. Disponível em: [https://www.american.edu/centers/latin-american-latino-studies/upload/survey-report\\_2022\\_01-20-finalfinal-7570.pdf](https://www.american.edu/centers/latin-american-latino-studies/upload/survey-report_2022_01-20-finalfinal-7570.pdf). Aceso em: 25 nov. 2025.

HICAP, J. GOT7's Jackson Wang cuts ties with Adidas Originals for his love of China. **Manila Bulletin**, Manila, 26 mar. 2021. Disponível em: <https://mb.com.ph/2021/03/26/got7s-jackson-wang-cuts-ties-with-adidas-originals-for-his-love-of-china/>. Acesso em: 25 nov. 2025.

HOLLAND, K. M. A history of chinese immigration in the united states and canada. **American Review of Canadian Studies**. Washington, D.C., v. 37, n. 2, p. 150-160, ago. 2007.

IQBAL, M. TikTok revenue and usage statistics (2022). **Craft.co**, 2022. Disponível em: [https://uploads2.craft.co/uploads/operating\\_source/document/982548/57cb7f410c237c8e.pdf](https://uploads2.craft.co/uploads/operating_source/document/982548/57cb7f410c237c8e.pdf). Acesso em: 25 nov. 2025.

KEANE, M.; ZHAO, E. J. The Reform of the Cultural System: Culture, Creativity and Innovation in China. In: LEE, H.-K.; LIM, L. (Eds.). **Cultural policies in east Asia**. Londres: Palgrave macmillan UK, 2014. p. 155-173.

KELLER, W.; SHIUE, C. H. China's foreign trade and investment, 1800-1950. **National Bureau of Economic Research**, Cambridge, jul. 2020.

KEYING, S. J. **王嘉爾@GOT7推廣香港旅遊 用毛筆笑爆寫中英文揮春**. [S.l.: s.n.], 2018.

KISSINGER, H. **Sobre a China**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

KLIMEŠ, O. China's cultural soft power: The central concept in the early xi jinping era (2012–2017). **AUC Philologica**, Praga, v. 2017, n. 4, p. 127-150, mar. 2018.

KWONG, L. S. K. What's in a name: Zhongguo (Or 'Middle Kingdom') Reconsidered. **The historical journal**, Cambridge, v. 58, n. 3, p. 781-804, set. 2015.

LAI, H. China's Cultural Diplomacy: Going for soft power. In: **China's soft power and international relations**. Londres: Routledge, 2012.

LAU, E. Who is Jackson Wang? Five things to know about the Chinese K-pop star. **The National**, Abu Dhabi, 13 jul. 2020. Disponível em: <https://www.thenationalnews.com/arts-culture/music/who-is-jackson-wang-five-things-to-know-about-the-chinese-k-pop-star-1.1048225>. Acesso em: 25 nov. 2025.

LEPLÂTRE, S. The wonderful and addictive world of Douyin, the Chinese TikTok. **Le Monde**, Paris, 4 abr. 2023. Disponível em: [https://www.lemonde.fr/en/economy/article/2023/04/04/the-wonderful-and-addictive-world-of-douyin-the-chinese-tiktok\\_6021623\\_19.html](https://www.lemonde.fr/en/economy/article/2023/04/04/the-wonderful-and-addictive-world-of-douyin-the-chinese-tiktok_6021623_19.html). Acesso em: 25 nov. 2025.

LU, F. 'It's propaganda bulls!': Hong Kong rapper Jackson Wang calls out media bias. **South China Morning Post**, Beijing, 17 jan. 2023. Disponível em: <https://www.scmp.com/news/people-culture/china-personalities/article/3206992/its-propaganda-bulls-hong-kong-rapper-jackson-wangs-emotional-london-concert-tirade-against-anti>. Acesso em: 25 nov. 2025.

MAHESHWARI, S.; HOLPUCH, A. Why the U.S. Is Forcing TikTok to Be Sold or Banned. **The New York Times**, [S.l.: s.n.], 2024.

RODRÍGUEZ GÓMEZ, N. **Papel de diplomacia cultural china en América Latina en el período 2008-2017**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação). Pontífice Universidade Javeriana, Bogotá, 2018. Disponível em: <https://bibliotecadigital.oducal.com/Record/ir-10554-33939/Details?sid=138349>. Acesso em: 25 nov. 2025.

SAID, E. W. **Orientalismo: O Oriente como invenção do Ocidente**. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2007. 515 p.

WALLERSTEIN, I. M. **World system's analysis: an introduction**. Durham: Duke university press, 2004. 128 p.

WU, Y. The rise of China with cultural soft power in the age of globalization. **Journal of Literature and Art Studies**, v. 8, n. 5, p. 763-778, maio 2018. Disponível em: <https://www.davidpublisher.com/Public/uploads/Contribute/5ae911ade8af6.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2025.

XINHUA. Xi Jinping thought on culture to serve as source of strength for national rejuvenation. **China SCIO**, Beijing, 11 out. 2023.

ZHANG, W. W. **The China wave**: rise of a civilizational state. Singapura: world Scientific, 2012.

ZHENG, W. Will culture be China's most important addition to Xi Jinping thought? **South China morning post**, [S.l.: s.n.], 9 out. 2023.

ZHURAVSKAYA, E.; PETROVA, M.; ENIKOLOPOV, R. Political effects of the internet and social media. **Annual review of economics**, v. 12, n. 1, p. 415-438, 2020.

# A LUTA PELOS DIREITOS REPRODUTIVOS DAS MULHERES NO SISTEMA INTERNACIONAL GENDERIZADO

Carolina Boscatto

Ao pensarmos sobre direitos humanos, nos vem à mente a ideia de que todos nós, seres humanos, temos direitos assegurados que nos protegem de violações cometidas por outras pessoas, Estados, ou instituições, ou seja, os direitos humanos são universais. Mas será que é essa a realidade? Neste capítulo buscamos demonstrar como a ideia de direitos humanos, apesar da sua enunciação de ser “universal”, na prática, acaba por deixar de lado indivíduos que estão às margens do Sistema Internacional: mulheres, pessoas negras, pessoas pobres, indígenas, e populações do chamado Sul global. A pesquisa buscou elucidar como o discurso de direitos humanos, no momento de sua criação, não levou em consideração a vivência e experiências destas pessoas marginalizadas, não considerando-as como sujeitos de direito, e colocando-as em uma situação de vulnerabilidade por não serem plenamente protegidas por estes direitos.

Dentro deste contexto, investigaremos como o discurso liberal e ocidental de direitos humanos “universais”, ao não contemplar a vivência das mulheres e pessoas que gestam, deram abertura para que estas sofressem (e sofrem ainda hoje) com o descaso, esquecimento, violência e insegurança causadas pela não observação de suas necessidades e de como protegê-las das mais diversas violências causadas tanto por pessoas, quanto pelo próprio Estado e demais instituições. Ademais, os direitos humanos além de não as proteger, produzem e reproduzem as desigualdades de gênero e a subordinação das mulheres em relação aos homens. Em específico,

explicitamos como a dominação masculina institucionalizada tanto pelo Estado quanto pelo discurso de direitos humanos, não permite às mulheres e pessoas que gestam que tenham a plena capacidade e o direito de exercerem a sua autonomia de decisão em relação à reprodução e sexualidade.

Partindo deste ponto de vista é que desenvolvemos este capítulo, tentando trazer de forma resumida a pesquisa realizada durante o Trabalho de Conclusão de Curso de Relações Internacionais e Integração. Esta demonstra como o Sistema Internacional, composto pelos Estados, Organizações Internacionais, empresas e movimentos sociais é genderizado, ou seja, introjetado de masculinidade hegemônica, fruto de um sistema capitalista patriarcal colonizador, o qual enxerga às mulheres como sujeitas subordinadas aos homens, não tendo plenos direitos garantidos e respeitados. Neste sentido, a pesquisa foca nos direitos humanos das mulheres, mais especificadamente, nos seus Direitos Reprodutivos, em como desenvolveram-se no cenário internacional a partir das demandas do movimento feminista, sobre respeito à decisão sobre gestar ou não, questões de saúde sexual, método contraceptivos, planejamento familiar, entre outros.

Dito isso, este capítulo divide-se em duas sessões para melhor apresentarmos a pesquisa. Primeiro, trataremos sobre os direitos humanos, como construíram-se fundamentados na perspectiva liberal ocidental, que coloca o homem branco europeu como sujeito de direito e o modelo de cidadão, o que deixa as mulheres e “outros” de fora desta ideia. Por isso, apresenta-se as críticas feministas aos direitos humanos, demonstrando a partir de alguns exemplos como estes direitos foram elaborados de uma forma que produzem e reproduzem a subordinação das mulheres em relação aos homens. A partir disto, demonstraremos como os Direitos das Mulheres foram construídos a partir das demandas do movimento feminista, com o *mainstream* de gênero nas discussões sobre direitos, principalmente nas conferências das Nações Unidas.

Na segunda sessão, nos aprofundaremos nos direitos das mulheres que tange às questões de reprodução e sexualidade, os chamados Direitos Reprodutivos e Sexuais. Estes surgiram de desconfortos e denúncias do movimento feminista frente às políticas coercitivas de controle populacional que estavam sendo aplicadas principalmente nos países do Sul global, a fim de frearem o aumento populacional desenfreado.

Esta pesquisa qualitativa foi desenvolvida a partir de pesquisa bibliográfica, por meio de artigos, livros, entrevistas disponíveis na internet, reportagens em jornais eletrônicos, e a análise foi feita a partir do arcabouço teórico feminista de Relações Internacionais. Durante o desenvolvimento da área, as mulheres internacionalistas perceberam que as teorias desenvolvidas até então não davam conta de explicar as particularidades das vivências e experiências das mulheres dentro do cenário nacional e internacional e, por isso, desenvolveram a Teoria Feminista de Relações Internacionais.

Esta teoria faz parte do “Terceiro Debate”, que “critica as abordagens teóricas anteriores, realistas e liberais, e desafiam a hegemonia do pensamento positivista, tecendo críticas a falta de análise da dimensão social quando analisados os fenômenos internacionais” (Boscatto, 2022, p. 8 *apud* Xavier do Monte, 2013, p. 59).

Neste sentido, a teoria busca elucidar sobre a situação das mulheres tendo o gênero como categoria central de análise, algo que não tinha sido feito até então dentro da disciplina.

Desta forma, temas relacionados às mulheres que eram marginalizados por outras teorias ou sequer levados em consideração nas análises, tornam-se o ponto central de investigação, como por exemplo, a desigualdade de gênero, o trabalho doméstico não-remunerado, a perspectiva de gênero sobre guerras e conflitos, os direitos humanos das mulheres, reprodução, sexualidade, partici-

pação política, entre outros. Assim “as teóricas feministas tentam desafiar a “universalidade”, explicando como as relações sociais são permeadas por estruturas políticas, econômicas e sociais desiguais e dando voz a indivíduos nas margens do Sistema Internacional” (Boscatto, 2022, p. 8 *apud* Tickner, 2005, p. 2177).

## **Direitos humanos e direito das mulheres**

Após duas guerras mundiais, com um número alto de mortos e feridos, e diversas denúncias de violências, a Organização das Nações Unidas (ONU) proclama a Declaração Universal dos direitos humanos, em 1948, que tem por objetivo sistematizar uma série de direitos fundamentais dos seres humanos que não devem ser violados nem por Estados nem por outros indivíduos. Esta Declaração pretende “evitar futuras guerras, fomentando a paz, a democracia e os direitos humanos de todos os indivíduos” (Boscatto, 2022, p. 11) sendo estes “universais, inalienáveis, indivisíveis e inerentes a todos os seres humanos” (*ibidem*).

Entretanto, estes direitos, no momento em que foram elaborados, fundamentaram-se em uma noção ocidental que identifica o “ser humano” a partir do ideal europeu, ocidental e colonizador, ou seja, os que são considerados indivíduos são aqueles que correspondem com a norma liberal: aquele que é racional, branco, proprietário de bens, autônomo e individualista (Peterson; Parisi, 1998, p. 143; Peterson, 1990, p. 314). Desta forma, os indivíduos que não correspondem a esta norma, são tidos como “outros”, por exemplo, as mulheres e pessoas não-ocidentais, que são “feminizados” e tidos como seres inferiores, e, portanto, sem direitos. Além disso, este ideal acaba por definir as mulheres em relação aos homens, posicionando-as como “não tendo a agência moral ou racional para serem autônomas e independentes. [E, portanto] não teriam a capacidade de chefiar a família e [...] são relegadas ao âmbito doméstico e familiar, devido às suas capacidades reprodutivas” (Boscatto, 2022, p. 11). Como explica V. Spike Peterson:

As capacidades das mulheres para a reprodução biológica tornam-se essencialmente como sua natureza; os “dados” dessa capacidade são então estendidos para o processo inteiro de reprodução social, desse modo alocando mulheres a um domínio “familiar” restrito. Diferenças de gênero são materializadas no estabelecimento de um conjunto de dicotomias sociais. Homens são vistos como “humanos completos”, ou seja, racionais, indivíduos auto interessados que participam no mundo público e político. Mulheres são dependentes – menos indivíduos alocados “naturalmente” à esfera de assuntos familiares, privados e políticos. Referências à igualdade entre indivíduos, em verdade referem-se a somente homens (proprietários), como chefes de família [tradução livre] (Peterson, 1990, p. 314-315).

Outro ponto que aparece nesta discussão é de que esta perspectiva reforça a dicotomia entre esfera pública e esfera privada, desenvolvida por Susan Okin (2008), que é fundamentada na divisão sexual do trabalho, ou seja, “os homens são responsáveis pela esfera pública, da economia e da política, enquanto as mulheres são responsáveis pela esfera privada, da família, do doméstico e da reprodução” (Boscatto, 2022, p. 12), o que coloca a mulher em uma situação em que é vista como “naturalmente inadequadas à esfera pública, dependentes dos homens e subordinadas à família” (Okin, 2008, p. 308), naturalizando a sua subordinação e isolando a ela e suas demandas na esfera privada do lar, enxergando-a como sujeitas políticas. Esta dicotomização também chega aos direitos humanos, sendo o Estado, pertencente à esfera pública, o único protetor e também violador de direitos humanos nesta perspectiva, é que “este não deveria legislar sobre as violências ocorridas no nível doméstico/privado, portanto, estas não caracterizam-se como violações dos direitos humanos” (Boscatto, 2022, p. 12 *apud* Peterson; Parisi, 1998) e isto acaba refletindo na disputa por direitos no cenário internacional.

Assim sendo, Peterson e Parisi (1998) apontam alguns exemplos que esclarecem melhor essa dicotomia dentro do discurso de direitos humanos. Em primeiro lugar, as autoras apontam a construção androcêntrica de direitos e de cidadania, que baseada no pensamento liberal, que somente considera-se como cidadão e, portanto, portador de direitos, aquele homem racional, ocidental, proprietário de bens, autônomo. Desta forma, como apresentado anteriormente, as mulheres não teriam a capacidade para serem cidadãs, demonstrando como este modelo de cidadania “é fundamentado em uma construção genderizada de público-privado, onde somente a esfera pública pode ser associada com poder, política e masculinidade privilegiada” (Peterson; Parisi, 1998, p. 143).

Em consequência disto, são os homens quem tem o poder para decidir quais pautas são importantes dentro da política e do Estado, institucionalizando a sua dominação direta sobre as mulheres por meio da “regulação do casamento, divórcio, paternidade, custódia, sexualidade, propriedade, impostos e bem-estar” [tradução livre] (Peterson e Parisi, 1998, p. 144), mas não somente isto, também exercem seu controle sobre a capacidade reprodutiva das mulheres, por meio de políticas de controle reprodutivo, como: acesso limitado ou falta de acesso à métodos contraceptivos, a serviços de aborto e de esterilizações e gravidez forçadas (Boscatto, 2022).

Indiretamente, institucionaliza-se que o próprio Estado não deve interferir nas questões da esfera privada, como na esfera familiar onde mais ocorrem violências contra as mulheres, interferindo a partir da institucionalização da família nuclear heterossexual como norma a ser seguida (Peterson; Parisi, 1998, p. 144). Da mesma forma, isto se reflete nos direitos humanos, onde, apesar de estabelecer que todos são livres e têm direitos, “estes são aplicados de maneira seletiva, não protegendo as mulheres e outros grupos de violências estruturais e da dominação masculina, o que acaba negando-lhes seus próprios direitos humanos” (Boscatto, 2022, p. 14).

Outro ponto apresentado pelas autoras, que também é influenciada pela divisão sexual do trabalho, é a desvalorização do trabalho feminino, principalmente o trabalho doméstico e de cuidado, responsável pela reprodução social. Desta maneira, esta divisão que relega às mulheres o trabalho dentro de casa, é extremamente fundamental e necessário para o funcionamento da esfera pública, ao reforçar a norma da família nuclear, as mulheres exercem este trabalho de forma gratuita, de reprodução e produção de mão-de-obra para o capitalismo (Boscatto, 2022, p. 16).

Além disso, ao manterem as mulheres neste lugar, busca-se conter o potencial disruptivo destes indivíduos e não dar atenção às demandas específicas desta parte da população. Da mesma forma, podemos pensar o trabalho feminino no mercado de trabalho formal que, por mais que seja um trabalho com igual qualidade e mesma (ou até maior) formação profissional, mulheres continuam a receber menos pelo seu trabalho em relação aos homens.

“Mesmo quando as mulheres são 'permitidas' a entrar no mercado formal de trabalho, a sua produção não é valorizada da mesma maneira, não recebendo os mesmos salários, permanecendo em postos de trabalho menos seguros e sem estabilidade” (Boscatto, 2022, p. 13).

Por fim, Peterson e Parisi apontam para o papel da cultura na legitimação e naturalização à subordinação das mulheres, reforçando os “papéis” de gênero. Ao terem uma dependência em relação aos homens, dentro da família principalmente, reforçado pela hierarquia de gênero, isto coloca-as em uma posição de vulnerabilidade muito grande, em especial quando olhamos para situações de violência estrutural, onde o Estado se abstém de protegê-las e, portanto, não tem seus direitos respeitados de nenhum lado (Boscatto, 2023). Como apontam Peterson e Parisi (1998): “[...] a escolha para a maioria das mulheres ‘não é entre dependência do estado e

independência, mas entre dependência no estado e dependência em um homem” [tradução livre] (Peterson; Parisi, 1998, p. 150 *apud* Elson, 1992, p. 38).

Da mesma forma que identificamos o discurso de direitos humanos como sendo introjetado de masculinidade, podemos estender este entendimento ao próprio sistema internacional, crítica que vem sendo feita também pelas feministas de Relações Internacionais. Ao observarmos as características do sistema internacional por meio das lentes de gênero, podemos perceber muitas similaridades entre as características socialmente construídas do homem e o sistema internacional, como a racionalidade, autointeresse, individualismo e agressão, estas são identificadas pelas feministas como características da masculinidade hegemônica (Xavier do Monte, 2013 *apud* Tickner, 2001). Ou seja, são um reflexo do modelo de masculinidade ocidental e que está introjetado na construção do próprio Estado-nação, das instituições e organizações que compõem o sistema internacional (Boscatto, 2022, p. 17). Da mesma forma, observa-se também a presença da dicotomia público-privado na forma da esfera doméstica e internacional, demonstrando que o próprio sistema internacional é introjetado de masculinidade hegemônica a partir dos atores que o compõem (*ibidem*).

Portanto, a partir destas críticas é que as feministas passam a inserir-se dentro das discussões sobre direitos humanos, a fim de modificarem este discurso e colocar as pautas das mulheres no centro das discussões.

## **Mainstream de gênero e direitos reprodutivos**

A partir da abertura das conferências da ONU às organizações e movimentos sociais nos anos 1980, ocorreu o que as teóricas chamam de *mainstream* de gênero, como explica Brooke Ackerly (2010).

[...] é o projeto multifacetado de usar a análise de gênero para abordar a agenda principal e de colocar questões relacionadas ao gênero na agenda principal. Embora alguns possam ver o *mainstreaming* de gênero como a aceitação de certos aspectos da economia política internacional (como o consumismo e o capitalismo global), na minha opinião, as estratégias de *mainstreaming* de gênero podem aceitar provisoriamente certas normas e instituições, mas desafiá-las no momento apropriado [tradução livre] (Ackerly, 2010, p. 317).

Com isso, houve uma maior participação dos movimentos feministas que buscavam levar as pautas das mulheres para a agenda de direitos humanos que estavam sendo ignoradas até então, legitimando as suas demandas, criando formas de monitoramento para garantir a efetividade destes direitos (Boscatto, 2022). Neste momento, as mulheres envolvidas neste processo precisavam estar muito atentas a demandar que as particularidades das mulheres fossem integradas aos direitos humanos e, ao mesmo tempo, demonstram como havia questões que estavam sendo ignoradas, esta estratégia foi chamada de “estratégia de chave-dupla” (Kelly, 2014, p. 478).

Dentro desta luta que abarcava diversas demandas urgentes para as mulheres, estavam o reconhecimento dos seus Direitos Reprodutivos, que foram pensados em razão das práticas coercitivas de controle populacional que vinham sendo adotadas desde 1950. Estas políticas concentravam-se em regular a fertilidade de mulheres, principalmente as do Sul global, por meio de esterilizações e abortos forçados e uso de métodos contraceptivos ainda em fase de testes, e ainda problematizando “[...] somente a sexualidade da mulher, sem considerar o papel do homem e os impactos da desigualdade de gênero nestes processos” (Diaz; Cabral; Santos, 2004). Além das questões em relação à reprodução, os Direitos Reprodutivos também englobam outras questões estruturais como

acesso à educação, saúde, moradia, alimentação, transporte, pois, sem a garantia destes, as pessoas não podem, de fato, escolher pela parentalidade, como apontam Sonia Correa e Rosalind Petchesky:

Para que as decisões reprodutivas sejam realmente “livres”, e não compelidas pelas circunstâncias ou por desespero, é necessário que existam certas condições que constituam a base dos direitos sexuais e reprodutivos, o que as feministas chamam de “autonomia feminina”. Elas incluem fatores materiais e de infraestrutura, tais como transporte, creches, subsídios financeiros, bem como serviços de saúde acessíveis, humanizados e bem equipados. [...], mas essas condições também incluem fatores culturais e políticos, tais como acesso à educação, renda, autoestima, e canais de tomada de decisão (Corrêa; Petchesky, 1996, p. 159).

Com isso, houve duas conferências da ONU que modificaram completamente o paradigma de controle populacional para um paradigma voltado à saúde, prevenção e cuidados: a Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento do Cairo (1994) e a IV Conferência Mundial Sobre a Mulher em Pequim (1995). Nestas conferências, legitimou-se os Direitos Reprodutivos das mulheres, criando um arcabouço normativo que deveria ser cumprido pelos países participantes, e que conta com uma série de recomendações para os países para não só a melhoria da situação das mulheres de forma geral, mas de questões específicas à reprodução e sexualidade, aborto, infecções sexualmente transmissíveis, serviços de saúde, planejamento familiar entre outros, além de apontar o papel dos homens neste processo.

A Conferência do Cairo logrou deslocar o debate do problema populacional, passando a adotar uma visão que respeitava os direitos das pessoas ao planejamento familiar, gestação desejada e sexo seguro, ambos livres de coerção, discriminação e violência (Pizzarossa, 2018). Além de destacar que os Direitos Reprodutivos vão de

acordo com outros direitos fundamentais já garantidos, o foco na saúde sexual e reprodutiva como parte do bem-estar dos indivíduos, e o combate às desigualdades de gênero:

A maior vitória da CIPD do Cairo foi deslocar o “problema populacional” da perspectiva puramente econômica e ideológica para situar as questões relativas à reprodução no marco da saúde e dos direitos humanos. A plataforma do Cairo abandonou a ênfase nas políticas públicas voltadas para números agregados e metas de controle da natalidade. Mas esta reorientação não implicou o abandono de dimensões propriamente demográficas como a migração e o envelhecimento populacional (Corrêa; Alves; Januzzi, 2015, p. 35).

Já a Conferência de Pequim trouxe questões normativas mais detalhadas e abrangentes, reconhecendo os Direitos reprodutivos, a necessidade de maior igualdade entre os sexos, pediu para que os países membros revisassem suas legislações sobre aborto, melhorias nos serviços de saúde e nas condições econômicas e sociais de forma geral:

O Programa de Ação de Pequim é mais extenso e detalhado no que diz respeito à promoção da igualdade entre os gêneros nas mais diferentes esferas: educação, economia, mercado de trabalho, meio ambiente, direitos humanos, violência, situações de conflito, comunicação e mídia e as condições específicas das meninas. Do ponto de vista da agenda do Cairo, o mais relevante é que o capítulo sobre saúde reafirma e amplia as recomendações da CIPD. Em especial, foi introduzido um novo parágrafo, que define os direitos humanos das mulheres no campo da sexualidade, direitos sexuais (parágrafo 96), e, no parágrafo 8.25 do Cairo, que trata do aborto como problema de saúde pública, foi adicionada a recomendação de que os países revisem as legislações que penalizam as mulheres por tal prática (Corrêa; Alves; Januzzi, 2015, p. 38).

Os direitos conquistados nestas conferências reverberam até hoje, apesar da dificuldade de os Estados aplicarem plenamente as recomendações dos tratados. Barreiras como o preconceito, a discriminação, a moralidade e a falta de financiamento são alguns dos empecilhos que podem ser identificados para que não se avance na garantia de normas e serviços voltados aos Direitos Reprodutivos. Ainda há um longo caminho a ser seguido para que estes sejam plenamente respeitados, algumas batalhas são mais árduas que outras, como a do direito ao aborto, mas que com a força do movimento feminista, estas discussões não deixam de existir ou são esquecidas.

## **Conclusão**

A partir deste capítulo, demonstramos como os direitos humanos e o próprio sistema internacional são introjetados de masculinidade hegemônica, que não permitem que avanços sejam conquistados em relação aos direitos das mulheres. E mesmo quando conquistados, isso não garante que os Estados de fato vão cumprir com suas promessas. Também, demonstramos como a inserção do movimento feminista na ONU promoveu mudanças profundas nas formas em que eram feitas as políticas de controle populacional, e como mudaram o paradigma para uma visão mais humana e que vai de acordo com os direitos humanos das mulheres. Com isso, conseguimos demonstrar como a Teoria Feminista de Relações Internacionais nos ajuda a enxergar questões que outras teorias da disciplina não dão conta de analisar. Mais que isso, ela nos mostra que sim, questões relacionadas às mulheres são questões de Relações Internacionais, e que há espaço para que nós possamos levantar nossas bandeiras, buscar legitimidade de nossas demandas e lutar para que tenhamos um mundo mais justo.

## REFERÊNCIAS

BECARD, D. S. R.; MENECELLI FILHO, P. Chinese cultural diplomacy: instruments in china's strategy for international insertion in the 21st century. **Revista Brasileira de Política Internacional**. Brasília, DF, v. 62, p. e005, abr. 2019.

BOSCATTO, C. **Navegando entre as brechas**: women on waves pelo direito ao aborto em Portugal. Trabalho de Conclusão de Curso de Relações Internacionais e Integração. Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), Foz do Iguaçu, 2022. Disponível em: <https://dspace.unila.edu.br/items/ddd13e14-113c-483e-bb6c-3293f102cf80>. Acesso em 25 nov. 2025.

CORRÊA, S. *et al.* Direitos e saúde sexual e reprodutiva: marco teórico-conceitual e sistema de indicadores. *In*: CAVENAGHI, S. (org.). **Indicadores municipais de saúde sexual e reprodutiva**. Rio de Janeiro: ABEP, 2006. p. 27-62.

CORRÊA, S.; PETCHESKY, R. Direitos sexuais e reprodutivos: uma perspectiva feminista. **PHYSIS**: revista de saúde coletiva, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1/2, p. 147-177, 1996. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/physis/a/K7L76NSSqymrLxfsPz8y87F/?lang=pt>. Acesso em: 25 nov. 2025.

DÍAZ, M.; CABRAL, F.; SANTOS, L. Os direitos sexuais e reprodutivos. *In*: RIBEIRO, C.; CAMPUS, M. T. A. (ed.). **Afinal, que paz queremos?** Lavras: Editora UFLA, 2004. p. 45-70.

KELLY, L. Inside outsiders: mainstreaming violence against women into human rights discourse and practice. **International Feminist Journal of Politics**, Toronto, v. 7, n. 4, p. 471-495, 21 ago. 2006. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/14616740500284391>. Acesso em: 25 nov. 2025.

OKIN, S. M. Gênero, público e privado. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 16, n. 2, p. 305-332, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/4MBhqfxYMpPPPkqQN9jd5hB/?lang=pt>. Acesso em: 25 nov. 2025.

PETERSON, V. S. Who's rights? a critique of the "givens" in human rights discourse. **Alternatives: Global, Local, Political**, Londres, v. 15, n. 3 p. 303-344, 1990. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/40644687>. Acesso em: 25 nov. 2025.

PETERSON, V. S.; PARISI, L. Are women human? it's not an academic question. In: EVANS, T. (ed.). **Human Rights Fifty Years On: a reappraisal**. Manchester: Manchester Universtiy Press, 1998. p. 132-160.

PIZZAROSSA, L. B. Here to stay: the evolution of sexual and reproductive health and rights in international human rights law. **Laws**, Groningen, v. 7, n. 3, p. 29, 7 ago. 2018. Disponível em: <https://www.mdpi.com/2075-471X/7/3/29>. Acesso em: 25 nov. 2025.

TICKNER, J. A. Gendering a discipline: some feminist methodological contributions to international relations. **Signs: journal of women in culture and society**, Boston, v. 30, n. 4, 2005. <https://www.journals.uchicago.edu/doi/abs/10.1086/428416?journalCode=signs>. Acesso em: 25 nov. 2025.

XAVIER DO MONTE, I. O debate e os debates: abordagens feministas para as Relações Internacionais. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 21, n. 1, abr. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/r3pc8yVXBf6FqHPBBcH9Xxy/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 25 nov. 2025.

# A NIGÉRIA E A GENDERIZAÇÃO DO SISTEMA INTERNACIONAL A PARTIR DO REGIME DE TUTELA

Maynara do Rio Sales

O regime de tutela internacional começou a ser desenvolvido no século XV com o domínio colonial de Portugal e Espanha. Esse regime se pauta em discursos de inferioridade e imaturidade dos povos colonizados e, no século XX, dos povos em descolonização. Seu desenvolvimento foi importante para a construção de um sistema internacional com países centrais e periféricos.

O regime de tutela internacional feminilizou e racializou todo o sistema internacional. Para dar embasamento a minha teorização, faço um estudo de caso da construção do Estado da Nigéria, especialmente o papel do Conselho de Tutela da ONU na construção desse Estado. A vertente teórica a qual me engajo é o feminismo pós-colonial e teorias pós-coloniais como um todo. Optei por realizar adaptações no texto original para caber no propósito deste capítulo, portanto, algumas nuances da análise não puderam ser expressas. Incentivo a leitora e o leitor a lerem o trabalho completo como forma de engajar no debate.

## **Feminismo nas Relações Internacionais: do *mainstream* aos estudos feministas pós-coloniais africanos.**

As primeiras abordagens Feministas começaram a despontar no campo das Relações Internacionais em finais de 1980 e 1990. Muitas das análises desenvolvidas nessa época buscavam afirmar a importância dessa teoria para as RI. O debate esquecido dentro

do escopo dos Grandes Debates de RI, se deu entre J. Ann Tickner (1997; 1999), Keohane e Fukuyama, o qual foi importante para a introdução de discussões de gênero nas RI.

A questão essencial ao feminismo não diz respeito apenas a mulheres — se de alguma forma pudéssemos desenvolver um pensamento que percorreu todas as análises feministas — mesmo que não explicitamente, o que apareceria seria o papel das normas, especialmente normas de gênero que condicionam posições hierarquizadas e mantidas a partir de estruturas de poder. Essas estruturas não são fixas no tempo e espaço e nem são referentes apenas a gênero, na maioria das vezes são pautadas por questões interseccionais.

Segundo Joan Scott (1989), gênero é uma categoria imposta ao corpo sexuado, sendo essa categoria socialmente construída e não natural. Nesse processo de categorização de corpos relações de poder incidem, definindo corpos e práticas sociais superiores (masculinas) e inferiores (femininas). Dessa forma, gênero seria um sistema socialmente constituído de diferenciação.

Esse gênero socialmente condicionado é consequência de práticas reguladoras, as quais criam padrões de identidades de gênero baseados na heterossexualidade (Butler, 2007). Ou seja, para que um corpo se retifique enquanto feminino ou masculino, dentro do padrão de heterossexualidade, é necessário o desenvolvimento de normas reguladoras praticadas dentro de círculos sociais como igrejas, escolas, famílias, as quais seriam apreendidas e replicadas de forma, muitas vezes, inconsciente.

O conceito de gênero não está contido no espaço social de forma isolada. A incidência da realidade sobre os corpos se dá de forma interseccional. Interseccionalidade é um termo que explicita as diferentes categorias que incidem em um corpo, dentre eles o conceito de raça, gênero e sexualidade. Essas categorias definem a posição e realidade dos seres dentro do estrato social.

É importante entender que essas categorias não seriam apenas escalonamentos de opressões sobre as mulheres, como se uma sofresse mais que as outras, mas sim uma forma de enxergar a

complexidade da teia social enquanto um espaço onde múltiplas realidades se interseccionam incidindo sobre práticas institucionalizantes e experiências concretas (Collins, 2015).

Essas variantes interseccionais que incidem no corpo são importantes para entender as posicionalidades definidas pelas normas e questionar a suposta homogeneidade associada ao sexo e gênero. Uma das críticas mais contundentes ao feminismo *mainstream*, associado às mulheres brancas do Norte Global, é o apagamento das mulheres de terceiro mundo e de suas realidades nas análises feministas.

Chandra Talpade Mohanty (1984) toma como pauta principal essa exclusão das mulheres do Sul Global, afirmando que as feministas *mainstream* enxergam as mulheres de Terceiro Mundo enquanto um grupo único de mulheres as quais sofrem todo tipo de opressão (religiosa, econômica, social, cultural), não sendo capazes de desenvolver um pensamento feminista coerente.

A interseccionalidade nos ajuda a quebrar esse ciclo e entendermos a construção do corpo da mulher, e dos homens, como condicionados às normas relacionadas a seu tempo e espaço. Uma questão central para as discussões interseccionais é o conceito de raça. A raça, assim como o gênero e sexualidade, é socialmente construída e foi exportada para o mundo pela colonização (Chowdhry; Nair, 2004).

Oyèrónke Oyeùmí (2005), teórica africana, afirma que a forma como as pessoas se encaixam no mundo se baseia em seus corpos e histórias, os quais foram racializados e genderizados no processo de colonização. Segundo tal autora, o ocidente é fortemente marcado por um pensamento científico social focado no corpo, existindo diversas interpretações biológicas do que seria o mundo social.

Com a colonização do globo, a diferenciação do europeu e do outro se deu não apenas relacionada à cultura, mas especialmente relacionada à raça, onde se criou uma estrutura de opressão e escravidão da raça negra definida pelo ocidente como opressora: o racismo. Tal processo não se deu de forma pacífica, a resistência

ocorreu, porém os europeus, com seus armamentos tecnológicos e sua ciência, foi uma competição extremamente desleal, a qual configurou um mundo dividido por uma *colour line*.

A colonização não exportou apenas a racialização do globo, mas também a genderização do mesmo. Como vimos, a interseccionalidade faz parte de todas as interações socioculturais desenvolvidas a partir das normas de identificação de um corpo, seja esse corpo um ser humano ou um Estado. O presente trabalho irá demonstrar como essa genderização acompanhou todo o processo de racialização do mundo a partir dos regimes de tutela coloniais.

## **Sistema internacional colonial e a tutela internacional**

O sistema internacional anárquico nasceu com o processo de colonização e expansão do sistema de Estado nascido na Europa. Essa expansão se deu a partir da colonização do globo, a qual definiu padrões do que seriam o “eu” e o “outro” dentro desse processo de desenvolvimento do sistema internacional.

Uma das características essenciais do discurso colonial, o qual buscou formas de legitimar a colonização, era a tutela. A tutela internacional é definida a partir da ideia de que existem países que são civilizados e racionais e outros que são bárbaros, irracionais, imaturos e atrasados. Nessa configuração, os primeiros teriam a obrigação de levar essa suposta civilização e racionalidade para aqueles que não tem capacidades de sozinho desenvolvê-la (Bain, 2003).

Esses países racionais e civilizados – ocidentais – seriam responsáveis por saber o que é bom para os outros a partir do seu conhecimento exclusivo sobre o mundo (Inayatullah, 2009). Esse discurso legitimou a dominação colonial, porém é importante entender que a colonização se deu por interesses econômicos, sociais e políticos dos países ocidentais e não em sua “bondade infinita” de levar o

“conhecimento certo” para o resto do mundo, o discurso de tutela foi uma forma de legitimar esse processo tão violento que assolou todo o mundo não europeu.

O regime de tutela não se quebrou de um momento para outro, mas foi reconfigurado a partir das mudanças ocorridas no cenário internacional para continuar tendo proeminência na manutenção do *status quo* de superioridade do ocidente. William Bain (2003) expõem dois momentos de tutela internacional. O primeiro momento ocorreu com as Grandes Navegações e expansão colonial de Portugal e Espanha.

Com a peste assolando a população europeia, a falta de alimentos e a perda de poder da igreja católica com a Reforma Protestante, Portugal e Espanha buscaram novos espaços onde pudessem encontrar matéria prima e fiéis para alimentar a instituição católica. A raça foi uma questão essencial nesse primeiro momento. A diferença racial foi o discurso encontrado pelos europeus para legitimar a superioridade ocidental.

A partir do corpo se questionou inclusive se os indígenas seriam pessoas, se teriam alma. A cultura indígena baseada no contato com a terra, ancestralidade e em alguns casos, canibalismo, foi considerada bárbara e inferior às europeias e dessa forma deveria ser extinta. Esse processo definiu uma linearidade internacional, onde os países recém colonizados estariam atrasados e deveriam ser tutelados para alcançar um futuro de desenvolvimento.

Pautando-se nesse discurso podemos traçar um paralelo com discursos feminilizados de construção da nação. As nações, ao se confirmarem, necessitavam de um passado comum como forma de criar identidade, esse passado é sempre atrasado, o qual deve permanecer na lembrança, mas nunca repetido, pois o progresso masculino é o que realmente seria importante para os Estados modernos (Mcclintock, 2004). Baseando-se nesse entendimento de nações atrasadas e desenvolvidas, podemos entender que essas nações atrasadas enquanto irracionais, não tendo controle sobre sua própria natureza, seriam feminilizadas nesse processo histó-

rico, assim como, os países ocidentais seriam masculinizados, pois o processo de genderização é sempre dicotômico. Já nesse primeiro momento vemos como a colonização genderizou e racializou o sistema internacional.

Com o Iluminismo e o desenvolvimento industrial, o discurso se modificou. Nesse momento a imaturidade não era mais o centro discursivo, mas sim a questão da “liberdade”: O discurso abolicionista ganhou preponderância nesse contexto. É importante notar que a abolição seria importante para a introdução do trabalho assalariado e para garantir mercados aos produtos manufaturados europeus. Esses desdobramentos levaram ao segundo momento da tutela teorizado por Bain (2003).

O segundo período de tutela internacional se consolidou no século XIX com o processo de colonização da África e da Ásia. Novamente, o discurso do conhecimento superior foi mobilizado, porém agora definido na ideia de liberdade do “outro”. Os outros seriam imaturos, irracionais e incivilizados, sendo falicamente inferiores aos países europeus.

A Conferência de Berlim em 1885 foi o que deu caráter institucional a esse regime de tutela que vinha se conformando desde o século das Grandes Navegações (Souza, 2015). No artigo primeiro desta Conferência os países ocidentais reunidos afirmaram sua intenção em levar a civilização para as “populações aborígenes” (Brasil, 1885, p. 1). É importante dizer que a motivação principal dessa instituição não foi a partilha da África, mas em última instância foi isso que ocorreu.

Tal Conferência afirmava que dever-se-ia buscar uma melhora na vida dos tutelados, considerados imaturos e irracionais, além disso, a abolição da escravidão deveria ser uma questão primordial. Todos os membros da Conferência poderiam e deveriam utilizar todos os meios disponíveis para abolir a escravidão nos territórios sob tutela. Essa instituição também foi importante para regular os interesses europeus na região do que hoje conhecemos como África.

A Conferência de Bruxelas em 1890 foi outra instituição internacional importante nesse segundo momento de tutela. A partir dela se delegou aos europeus a responsabilidade de melhorar não só a infraestrutura dos territórios africanos, mas também a organização da administração local e reestruturar a forma de organização social, religiosa, econômica e política dos “nativos” (Souza, 2015).

Mais uma vez a mobilização da ideia de povos atrasados como forma de legitimar a colonização e manter o sistema internacional genderizado e racializado. Outra questão essencial a essa genderização é a própria ideia de imaturidade e tutela enquanto associada à posição da mulher europeia nas sociedades as quais faziam parte. Segundo Pateman (1993), as mulheres nas sociedades europeias foram postas na condição de imaturidade a partir da construção do Estado moderno, sendo negado a elas o direito de pertencer a espaços públicos, como por exemplo, ao sufrágio. Essas mulheres eram tuteladas por seus maridos a partir do contrato sexual baseado no casamento, pois elas seriam supostamente incapazes de se autorregular devido a características intrínsecas à sua “natureza”.

Vemos partir do exposto que o regime de tutela consolidou a racialização e a genderização do sistema internacional, o qual a partir de normas interseccionais definiu posicionalidades dentro do corpo social do sistema de Estados. O que o presente trabalho pretende demonstrar é que discursos pautados em gênero e raça mobilizados por conhecimentos ocidentais foram essenciais para delimitar o sistema internacional e suas diferenças. Esses discursos são mobilizados até hoje a partir de um regime de tutela que nunca desapareceu, mas sempre se reconfigurou.

## **Genderização do sistema internacional pela tutela: caso da Nigéria**

O regime de tutela não desapareceu com a descolonização do globo. Em 1945 foi criado pela ONU (Organização das Nações Unidas) o Conselho de Tutela. Essa instituição buscava auxiliar

os países que estavam se tornando independentes após a Segunda Guerra Mundial. Ela não está explicitamente expressa na Carta de São Francisco, porém seus pressupostos aparecem nos art. 73 e 76 deste documento. Tais artigos afirmam que o Conselho de Segurança tem o dever de levar o desenvolvimento para os territórios que sozinhos não teriam capacidade de alcançá-lo, especialmente em países sob mandatos.

O caso da Nigéria é bastante emblemático pois demonstra como o regime de tutela se tornou tão institucionalizado no imaginário internacional dos países. Isso se confirma na medida em que até mesmo países que não estavam sob mandato do Conselho de Tutela foram tutelados nos mesmos termos.

A Nigéria não fez formalmente parte do Conselho, porém nos relatórios emitidos pelos países tutores que informavam sobre a situação dos *non-self governing territories* ela apareceu nos anos de 1947, 1950 [...] (General Assembly, 1947; 1950; 1951; 1954; 1959). Assim como, apareceu no *Declaration on the granting of independence to colonial countries and people* (General Assembly, 1960), o qual reconheceu a independência da Nigéria e a *Resolution adopted by the security council at its 980th meeting on 7 October 1960* (Security Council, 1960) a qual afirmava a adesão da Nigéria a Assembleia Geral das Nações Unidas.

O pacote de descolonização, como visto, buscava levar o conhecimento superior europeu ao resto do mundo. Esse conhecimento seria: a conformação do Estado Nação, o desenvolvimento industrial, educacional e social, e a racionalidade científica que negava saberes tradicionais, como de *dibias* (líderes religiosos e curandeiros na etnia Igbo). Todo esse pacote foi inserido na criação do Estado-Nação nigeriano e defendido pela elite nascente, formada por homens que estudaram nas universidades europeias e voltaram aos seus territórios com ideias de nacionalismo, racionalidade científica e Estado fronteirizado.

Uma questão essencial nesse processo foi o não entendimento da realidade do território que seria a Nigéria neste momento. Nesse território coexistem diversas etnias – Igbo, Iorubá, Hauçá-Fulani – que foram mobilizadas enquanto rivais no processo de colonização do território, a partir da ideia de dividir para dominar. Além disso, existia uma população urbana que cresceu de forma irregular, não tendo acesso a muitos serviços, como a educação e o letramento – as mulheres não puderam aprender a ler e escrever e foram excluídas do processo de trabalho assalariado e de construção do Estado Nigeriano. E por fim, uma produção baseada em produtos agrícolas sem utilização de tecnologias industriais e sem meios (educação) para alcançá-la aos moldes europeus. Todo esse panorama levou a um Estado bastante instável que culminou na Guerra Civil de Biafra (Boahen, 2010).

Dessa forma, podemos notar como o regime de tutela internacional utilizou um discurso bastante incongruente com a realidade da aplicação das políticas de tutela. Esse regime foi uma ferramenta para construir e (re)afirmar não só a dominação colonial, mas também a conformação do Ocidente enquanto superior ao resto do mundo, a partir da genderização e racialização do sistema internacional.

## **Conclusão**

Meu trabalho de conclusão de curso resumido neste capítulo não pretende um fim em si mesmo. Eu busco me engajar com debates importantes no campo das RI, como a construção do sistema internacional, mas também busco promover debates posteriores sobre o tema. Hoje, anos após escrever meu trabalho, posso observar algumas limitações do mesmo, como, por exemplo, o fato de eu traduzir a realidade Igbo a partir dos meus padrões de conhecimento ocidentais. Como sair desse padrão? É uma pergunta que podemos debater com engajamentos futuros ao meu trabalho. Além disso, como já expressei anteriormente, o regime de tutela não acabou

com a dissolução do Conselho de Tutela em 1994, assim como os processos e discursos de genderização e racialização não tiveram fim com ele. As normas que deram corpo ao Conselho, e que vem sendo desenvolvidas e reformuladas desde o primeiro momento de colonização, ainda podem ser observadas em diversas instituições relacionadas à ONU ou não, como, por exemplo, as Operações de Paz, especialmente as Operações de Estabilização que buscam reconstruir a administração e a sociedade do território em conflito. Para finalizar, convido você a ler meu trabalho e se engajar na pesquisa dos padrões de genderização e racialização do sistema internacional.

## REFERÊNCIAS

BAIN, W. **Between anarchy and society**: trusteeship and the obligation of power. New York: Oxford University Press, 2003. 272 p.

BOAHEN, A. A. A África diante do desafio colonial. *In*: MAZRUI, A.A. (ed.). **História geral da África, VIII**: África sob dominação colonial, 1880-1935. Brasília: UNESCO, 2010. p. 1-22.

BUTLER, J. **El género en disputa**: el feminismo y la subversión de la identidad. Espanha: Editora Paidós, 2017. 312 p.

CHOWDHRY, G.; NAIR, S. Introduction: power in a postcolonial world: race, gender, and class in international relations. *In*: **Power, postcolonialism and international relations**: reading race, gender, and class. Londres: Routledge, 2004. p. 1-20.

COLLINS, P. H. Intersectionality's definitional dilemmas. **Annual review of sociology**, Palo Alto, v. 41, n. 1, p. 1-20, 2015. Disponível em: <https://www.annualreviews.org/content/journals/10.1146/annurev-soc-073014-112142>. Acesso em: 25 nov. 2025.

CONFERÊNCIA DE BERLIM. **Ata geral redigida em Berlim em 26 de fevereiro de 1885**. Berlim, 1885.

INAYATULLAH, N. Why do some people think they know what is good for others? *In*: EDKINS, J.; ZEHFUSS, M. (ed.). **Global politics**: a new introduction. Londres: Routledge, 2009.

MCCLINTOCK, A. "No longer in a future heaven": gender, race and nationalism. *In*: MCCLINTOCK, A.; MUFTI, A.; SHOHAT, E. (ed.). **Dangerous liaisons**: gender, race and postcolonial perspective. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2004. p. 89-112.

MOHANTY, C. T. Under western eyes: feminist scholarship and colonial discourses. **Boundary 2**, v. 12, n. 3, 1984. Disponível em: [https://www2.kobe-u.ac.jp/~alexroni/IPD%202015%20readings/IPD%202015\\_5/under-western-eyes.pdf](https://www2.kobe-u.ac.jp/~alexroni/IPD%202015%20readings/IPD%202015_5/under-western-eyes.pdf). Acesso em: 25 nov. 2025.

OYĚWŪMÍ, O. Visualizing the body: western theories and african subjects. In: OYĚWŪMÍ, O. (ed.). **African gender studies: a reader**. New York: Palgrave Macmillan, 2005. p. 3-22.

PATEMAN, C. **O contrato sexual**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

SCOTT, J. W. **Gender and the politics of history**. New York: Columbia University Press, 1989.

SOUZA, L. C. de. **Must international society be defended?** Boderning techniques and international organizations. Dissertação (Doutorado em Relações Internacionais) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/27848/27848.PDF>. Acesso em: 25 nov. 2025.

TICKNER, J. A. Why women can't run the world: international politics according to francis fukuyama. **International Studies Review**, Singapura, v. 1, n. 3, p. 3-11, 1999. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/3186329>. Acesso em: 25 nov. 2025.

TICKNER, J. You just don't understand: troubled engagements between feminist and ir theorists. **International studies quarterly**, Oxford, v. 41, n. 4, p. 611-632, 1997. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2600855>. Acesso em: 25 nov. 2025.

UNITED NATIONS. GENERAL ASSEMBLY. **Information from non-self-governing territories**. New York: United Nations, 1947.

UNITED NATIONS. GENERAL ASSEMBLY. **Information from non-self-governing territories**. New York: United Nations, 1950.

UNITED NATIONS. GENERAL ASSEMBLY. **Information from non-self-governing territories.** New York: United Nations, 1951.

UNITED NATIONS. GENERAL ASSEMBLY. **Information from non-self-governing territories.** New York: United Nations, 1954.

UNITED NATIONS. GENERAL ASSEMBLY. **Information from non-self-governing territories.** New York: United Nations, 1959.

UNITED NATIONS. GENERAL ASSEMBLY. **Declaration on the granting of independence to colonial countries and people.** New York: United Nations, 1960.

UNITED NATIONS. SECURITY COUNCIL. **Resolution adopted by the Security Council at its 980th meeting on 7 October 1960.** New York: United Nations, 1960.

# EL ACUERDO DE PAZ EN COLOMBIA Y SUS PROYECCIONES SOBRE PUEBLOS Y NATURALEZA

Adriana del Pilar López Avella

El “Acuerdo Final para la terminación del conflicto y la construcción de una paz estable y duradera” es el documento oficial que establece el final del conflicto más largo del continente americano (CNMH,<sup>1</sup> 2024). Este documento oficial fue negociado entre el grupo guerrillero más antiguo y sólido de Colombia, las Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia – Ejército del Pueblo (FARC-EP) y el gobierno nacional de Colombia; estas dos partes dieron fin a una disputa bélica que duró más de 50 años.

El enfrentamiento entre las FARC-EP y el ejército colombiano ha generado millones de personas desplazadas, miles de muertes, y empeorado el abandono estatal, la corrupción y múltiples problemas más en el país y fuera de este (Ayala; Coronel; Ayala, 2023). Por tales consecuencias, el conflicto armado dentro de Colombia ha marcado la forma en que la sociedad, la política, la economía y la cultura se han desarrollado a lo largo del siglo pasado hasta los días de hoy, y de ahí la importancia de estudiar y continuar debatiendo este asunto.

Actualmente en Colombia, y por primera vez en su historia, este país está experimentado el mandato de un gobierno identificado como de izquierda, bajo el liderazgo de Gustavo Petro (2022-actual). Una de las banderas propuestas por este gobierno fue el proyecto de “paz total”, el cual consistía en la negociación pacífica con los principales grupos guerrilleros del país como es el caso del ELN (Ejército de Liberación Nacional), así como el fortalecimiento

---

<sup>1</sup> Centro Nacional de Memoria Histórica.

y cumplimiento con los acuerdos firmados en la Habana en 2016 con las FARC-EP (Fuerzas Armadas Revolucionarias Ejército del Pueblo). Sin embargo, para el año 2022 y después de seis años de implementación de lo pactado fue posible observar algunos incumplimientos y limitaciones. Por ejemplo, según el INDEPAZ, reporta que desde la firma del Acuerdo de Paz (AP) hasta marzo de 2022 han sido asesinados 1327 personas que ejercían algún liderazgo social o la defensa de los Derechos Humanos, y según el informe de la Misión de Verificación de la ONU en Colombia, hasta el 25 de marzo de 2022 fueron asesinados 315 firmantes del AP y otros 27 fueron desaparecidos.

La agenda de política doméstica colombiana siempre ha estado fuertemente permeada en el cómo y qué métodos usar para garantizar la paz y seguridad en todo el territorio nacional, en especial en aquellas zonas que han sufrido y sufren abandono por parte del Estado en casi todas las dimensiones de una sociedad que, a su vez, son las que convivieron directamente con el conflicto y están localizadas en las regiones con más riqueza natural del país.

Si reconocemos que buena parte del conflicto armado en Colombia tiene raíces históricas en los modos de apropiación o producción de riqueza y distribución, entendemos que las maneras de ver e intervenir el territorio, con todo y sus condiciones ecológicas constituyen un elemento fundamental de la construcción de convivencia (Baptiste, 2016 *apud* Romero *et al.*, 2016, p. 167).

Este capítulo se preocupa por estudiar el Acuerdo Final de Paz y la construcción de una paz estable y duradera en Colombia, analizando los puntos y enfoques específicos que cada uno de estos tiene. Asimismo, busca determinar de qué forma es abordada la naturaleza en el Acuerdo de Paz y el rol que tendrían los distintos pueblos en este, e identificar las principales poblaciones objetivo e instituciones responsables para la implementación de proyectos y compromisos pautados en el documento.

En cuanto a la metodología empleada a lo largo de la investigación, la misma fue de tipo cualitativo, analizando fundamentalmente el documento oficial y el Acuerdo Final de Paz para la terminación del conflicto y la construcción de una paz estable y duradera. También, se consultaron algunos archivos y páginas virtuales de instituciones como la Biblioteca Abierta del Proceso de Paz (BAPP), el Centro Nacional de Memoria Histórica (CNMH) y la Comisión de la Verdad.

Ya en términos teóricos, seguimos algunas contribuciones de la ecología política planteadas desde la perspectiva latinoamericana por investigadores como el sociólogo mexicano Enrique Leff, el abogado colombiano Germán Palacio y el sociólogo argentino Héctor Alimonda.

## **Antecedentes sobre los procesos de paz en Colombia**

El 24 de noviembre de 2016 fue un día histórico para Colombia porque se firmó el Acuerdo Final de Paz con la extinta guerrilla de las FARC-EP, marcando una nueva etapa para la sociedad colombiana y el inicio de la etapa de posacuerdo con el grupo armado ilegal más grande del país. Este acuerdo fue el resultado de más de cuatro años de negociaciones, y de un proceso histórico de pláticas con diversos grupos armados del país que se han dado desde el siglo pasado.

El comienzo de las negociaciones formales de paz en 2012 en La Habana, Cuba, entre las FARC-EP y el Estado colombiano, impulsado por el entonces presidente Juan Manuel Santos (2010-2018), durante su primer mandato, dieron como resultado el “Acuerdo Final de Paz para la terminación del conflicto y la construcción de una paz estable y duradera”. Estos diálogos duraron más de cuatro años, y sus debates fueron organizados a partir de seis ejes temáticos que eran la Reforma Rural, la Participación Política, el Fin del Conflicto, la Solución al problema de las Drogas Ilícitas, el Acuerdo sobre Víctimas, e Implementación, Verificación y Refrendación,

temas que a su vez componen y organizan el documento final, el cuál es usado como objeto principal de estudio a lo largo de esta investigación.

Esta negociación de paz fue el motivo de colocar en conversación a diversos actores de la sociedad civil colombiana, que históricamente se habían considerado enemigos, y de recibir el apoyo de toda la comunidad internacional, de fortalecer y restablecer relaciones estratégicas con países de Europa, Estados Unidos y con países de la región como fue el caso de Cuba, Chile y Venezuela.

Fue a finales del año 2016, que el gobierno nacional, en representación del Estado colombiano, y las FARC-EP dieron fin al conflicto más antiguo y de mayor magnitud en la historia del país; conflicto en donde la violencia no sólo ha afectado a la población, sino que también ha tenido un efecto paradójico sobre la naturaleza, siendo destructor y preservador. Por ejemplo, el hecho de que la Amazonia colombiana haya sido mejor preservada que la de países vecinos se debe no sólo al efecto de figuras de protección, como los resguardos indígenas y los parques naturales (Raisg, 2012), sino también a las barreras de hecho que la violencia le ha puesto a la entrada de economías extractivas a gran escala (Rodríguez, 2017, p. 12).

Es importante también tener en cuenta que, geográficamente y en la actualidad, los territorios indígenas y las reservas forestales son territorios que coinciden con Parques Nacionales Naturales que en el pasado habían sido los territorios que concentraban la presencia de grupos armados como las FARC (hasta la firma de los diálogos de paz) y que en el contexto de posacuerdo están siendo priorizados como zonas de reincorporación para los excombatientes y zonas PDET (Programas de Desarrollo con Enfoque Territorial). Siguiendo a la Ecología Política, este espacio constituye un lugar de encuentro de racionalidades diferenciadas y de un diálogo de saberes, entendido como la práctica de una ontología de la diversidad, una política de la diferencia y una ética de la otredad que trasciende

a una dialéctica de contrarios y llama a la deconstrucción y reconstrucción del orden de la racionalidad económica y jurídica de la modernidad (Leff, 2001, 2004, 2006, 2012 *apud* Leff, 2017, p. 155).

Ya han pasado siete años desde la firma del Acuerdo de Paz, para lo cual se estimó una inversión de 129 billones de pesos colombianos (más de 30.000 millones USD) (financiación proveniente de la comunidad internacional y dentro del presupuesto nacional) para la ejecución prevista de las metas del acuerdo hasta 2030.<sup>2</sup> Sin embargo, desde su implementación, se ha ejecutado un 37% del total para las distintas metas de los diferentes puntos,<sup>3</sup> y tuvo una desaceleración desde 2019. Esto es una consecuencia del contexto gubernamental, político, social, y económico del país, porque si bien la paz en Colombia ha sido un anhelo común, paradójicamente, ha generado tensiones y divisiones alrededor de cómo se entiende y se construye.

Ahora bien, el tema de violencia y el conflicto en Colombia como ya fue mencionado, no es reciente. Tradicionalmente se asocia el surgimiento de los grupos guerrilleros y la Violencia en Colombia a los eventos inmediatamente después del Bogotazo, sin embargo, en esta investigación se propone ir poco antes de este período y encontrar elementos que reflejaran malestar social y político antes de 1948. Algunos de los elementos son, por ejemplo, la riña bipartidista presente por lo menos desde 1930 en donde las prácticas paramilitares, la lucha por la tierra y otros Derechos básicos, ya estaba presente en el país.

Este periodo, denominado como la “pax conservadora”, se clasifica como un tiempo de paz asociado a la cooperación entre los dos partidos. Los brotes de violencia a partir de 1930, año en el cual el partido conservador pierde las elecciones debido a su división, se atribuyen a: la intimidación de miembros del partido conservador, la “liberalización” de zonas tradicionalmente conservadoras y a la resistencia de algunos

---

<sup>2</sup> Cifras INDEPAZ.

<sup>3</sup> Cifras hasta el 2021, presentadas por el Instituto Kroc

conservadores a entregar el poder. [...] (Chacón, 2003, p. 9).

El 9 de abril de 1948 en pleno centro de Bogotá fue asesinado el “caudillo del pueblo” Jorge Eliecer Gaitán, político y abogado colombiano. A pesar de que Gaitán perdió las elecciones en 1946 frente al conservador Mariano Ospina Pérez, y de la división abierta dentro del Partido Liberal, él continuó activamente reclamando por las olas de violencia que estaba viviendo el país, la defensa de los derechos de los trabajadores y ejerciendo como abogado particular hasta su muerte. Además, es necesario resaltar que desde la segunda mitad del siglo XX en Colombia algunos conflictos con grupos armados se solucionaron por medio del diálogo y se llegaron a acuerdos que permitieron la desmovilización de integrantes de guerrillas.

No obstante, las FARC surgieron como un movimiento guerrillero, luego de Manuel Marulanda Vélez, fundador de esta organización, sufriera un atentado contra su persona en Marquetalia (sur del departamento del Tolima), a manos del ejército colombiano en mayo de 1964. El objetivo de las FARC fueron la construcción de un “frente único” de todas fuerzas para liquidar las bases del sistema latifundista. Para los años posteriores hasta inicios de la década de los setenta, estos pequeños grupos de la guerrilla siguieron organizándose discretamente a través de Conferencia Guerrilleras, creciendo en otros territorios.

En el año 1965 lanzaron formalmente su programa nacional agrario, en donde promulgaban que las tierras de los latifundios deberían ser de los campesinos, tierra para el que la trabaja, y otros objetivos más. Claro está, el Estado Colombiano continuó organizando operaciones de ataque en estas zonas e intentando asfixiarlas militar y económicamente, incluso con ayuda de la *Central Intelligence Agency* (CIA). Sin embargo, no lograron exterminarlos por las estrategias y organización de los líderes de las FARC, quienes consiguieron dar golpes certeros contra el ejército colombiano. Por

medio de estas acciones, las fuerzas guerrilleras robaban provisiones y armamento, o conseguían el repliegue de estos, fuera de territorios de interés que tenían.

Otro caso es importante de resaltar es la experiencia del grupo guerrillero M-19 (Movimiento 19 de Abril) por múltiples razones. Una de estas es que fue el primer acuerdo firmado entre una guerrilla y el Estado colombiano. También es importante porque el acuerdo con el Movimiento 19 de Abril fue decisiva “en la ejecución de la mayor reforma política que vivió el país el siglo XX: la Constitución de 1991” (Patiño; Vera; Guzmán; 2009, p. 44 *apud* CNMH, 2023), convirtiendo este grupo guerrillero en una fuerza política legítima que nació a raíz de los acuerdos de paz con el presidente Virgilio Barco (1986-1990) en 1990.

De esta manera, el Acuerdo es el resultado de varios intentos de concertaciones a lo largo de la historia, previo a debates y negociaciones que duraron cuatro años. Finalmente, en 2016, como fruto de esos diálogos se firmó el acuerdo de paz con las FARC-EP. Este acuerdo, se propuso – más allá de la dejación de las armas – ser una forma de empezar una transformación política y social profunda en el país –. A grandes rasgos algunos de los puntos que plantea son:

Profundas reformas rurales, lucha contra las economías ilícitas, en particular el narcotráfico y una apertura democrática que dé espacios de participación política a sectores tradicionalmente marginados [...], así como a la reintegración económica de los excombatientes (Morales, 2017, p. 2).

Si bien el acuerdo se propone ser una herramienta que transforme positivamente el contexto del país suramericano, también es un momento crucial para su futuro porque:

El retiro del poder armado de las FARC permite suponer que se suprimirán algunos de los factores de deterioro ambiental asociados al conflicto. Algunos paisajes y ecosistemas se estabilizarán, otros podrán

regenerarse. Pero al mismo tiempo se levantará el cerrojo que mantuvo inaccesibles muchas áreas, algunas de ellas de inmenso valor ambiental (Morales, 2017, p. 7).

## **Una mirada detallada sobre la naturaleza y los pueblos en el documento final**

Juan Manuel Santos fue elegido presidente en 2010, siendo sucesor de Álvaro Uribe (2002-2010). Después de haber sido ministro de Defensa del gobierno anterior y de una campaña electoral que asoció a políticos acusados de parapolítica o de corrupción, existía muy poca esperanza de que en su mandato la política de paz prosperara. Sin embargo, en la mitad del primer mandato del presidente Juan Manuel Santos (2010 a 2014), este anunció que retomaría los diálogos de paz con las FARC. De esta manera, en noviembre de 2012, el gobierno de Colombia y las FARC comenzaron oficialmente conversaciones de paz. Para esto, Noruega facilitaría, en un primer período, su territorio para realizar estas pláticas, y Cuba, posteriormente, hasta su término.

Tras varios años de negociaciones se llegó al Acuerdo Final de Paz para la Terminación del Conflicto y la Construcción de una Paz Estable y Duradera (AP), del cual nos interesa abordar en este escrito cómo se presenta la naturaleza y los sectores populares: campesinos, indígenas y trabajadores rurales.

De esta forma, el documento empieza hablando sobre sus principios y la importancia de terminar el conflicto con las FARC-EP y las consecuencias que ha tenido hasta hoy en la sociedad colombiana. Del documento se pueden resaltar algunos enfoques como: la implementación del acuerdo debe contribuir a revertir los efectos del conflicto y a cambiar las condiciones que han facilitado la persistencia de la violencia en el territorio. También, el enfoque territorial por medio de las zonas llamadas PDET (Programas de Desarrollo con

Enfoque Territorial) que tienen como objetivo la transformación estructural de lo rural y constituir un relacionamiento equitativo entre campo y ciudad:

Atentos a que la nueva visión de una Colombia en paz permita alcanzar una sociedad sostenible, unida en la diversidad, fundada no sólo en el culto, de los Derechos Humanos sino en la tolerancia mutua, en la protección del Medio Ambiente en el respeto a la Naturaleza, sus recursos renovables y no renovables y su biodiversidad (Acuerdo de paz, 2016, p. 6).

Posteriormente, en el primer punto del acuerdo la Reforma Rural Integral (RRI) se puede observar una preocupación por entender y replantear la relación del Estado colombiano con la tierra y los recursos naturales que hay en ésta, así como la presencia de diversos grupos e intereses que rodean la disputa por la apropiación de la tierra y sus recursos.

También, se proponen esfuerzos no sólo para cambiar el régimen de propiedad de la tierra, quien puede poseer, así como el medio y los recursos para trabajar la tierra y que sea productiva. Esto se pretende lograr con la Tipificación de tierras: tierras improductivas, la formalización de la propiedad, cierre de la frontera agrícola y protección de zonas de reserva, y el apoyo y estímulo a la pequeña y mediana agricultura.

Además, el documento plantea garantizar el acceso a la tierra legal en espacios donde bienes y servicios públicos (infraestructura, salud, educación, etc.) estén presentes, y donde se fortalezca y promueva la economía campesina comunitaria para atender las necesidades alimentarias de manera digna de la población rural y urbana del país:

Que a la transformación estructural del campo y en particular al cierre de la frontera agrícola, contribuyan los campesinos, las campesinas y las comunidades indígenas, negras, afrodescendientes, raizales

y palenqueras y demás comunidades étnicas en sus territorios, con un ordenamiento socio ambiental sostenible. Para ello es necesario el reconocimiento y apoyo a las Zonas de Reserva Campesina (ZRC) y demás formas de asociatividad solidaria (Acuerdo de paz, 2016, p. 11).

En términos de la participación política y el fin del conflicto, se encuentra la preocupación por garantizar la seguridad a los firmantes y la vinculación económica de los desmovilizados después de efectivizar los protocolos de la dejación de armas. En el cuarto punto en la Solución al Problema de las Drogas también se encuentran elementos más relevantes para esta investigación porque se encuentran las políticas y proyectos pensados y articulados con la Reforma Rural Integral, y la política debe mantener el reconocimiento de los usos ancestrales y tradicionales de la hoja de coca, como parte de la identidad cultural de la comunidad indígena y la posibilidad de la utilización de cultivos de uso ilícito, para fines médicos y científicos y otros usos lícitos que se establezcan, así como la sustitución de cultivos y propuestas de sostenimiento económico para las comunidades de estos territorios.

En relación con el eje de víctimas e implementación, son abordados asuntos como la creación del sistema Integral de Verdad y la garantía de los principios y los protocolos a lo largo de todo el documento.

## **Conclusión**

A lo largo de esta investigación se buscó abordar el conflicto y el posacuerdo con las FARC-EP a partir del Acuerdo de Paz hecho con el Gobierno Nacional colombiano en el año 2016, haciendo un énfasis en los aspectos que se refieran a temas que se relacionen con la naturaleza y los pueblos. Para lograr esto, se dio especial atención a la comprensión de la historicidad del conflicto desde mediados

del siglo XX, pasando por la ligación de las confrontaciones del bipartidismo entre Conservadores y Liberales, el Bogotazo, y la final organización formal de las FARC-EP.

Se encontró que el Acuerdo Final para la terminación del conflicto y la construcción de una paz duradera en Colombia busca reducir desigualdades y reconstruir el tejido social en zonas rurales, incorporando compromisos medibles y verificables relacionados con las formas en que se establecen dinámicas que involucran la naturaleza y la sociedad, esto se enfatiza principalmente en el ítem de la Reforma Rural Integral y en el apartado técnico.

Se puede observar que discursivamente el acuerdo final de paz entre el gobierno colombiano y las FARC-EP firmado en 2016 trae o incorpora la intención de presentar una perspectiva menos opresiva frente a la participación ciudadana y la forma en que esto se relaciona con sus territorios y los ecosistemas allí presentes. En general, el escrito reclama la importancia de que la gente participe, y en el contexto posterior al acuerdo ha habido un gran impulso a la cooperación con los pueblos, en particular aquellos grupos que previamente han sido excluidos o ignorados en los conflictos. Aun así, la naturaleza aparece de forma secundaria porque no es un tema que sea tratado específicamente, sino que es abordado a partir de otras temáticas, como lo son la reforma rural en el país, la cuestión de las tierras campesinas y sus poblaciones. Se da la misma dinámica, con los temas que se refieren a poblaciones indígenas locales, y la naturaleza se ve manifestada a través del uso de la expresión del Buen Vivir o los pueblos étnicos o campesinos.

Finalmente, este trabajo no se entiende como conclusivo respecto a este tema, si bien espera contribuir en la reflexión sobre la forma en que el ser humano interactúa con la naturaleza, dentro de un contexto de posacuerdo. Se reconoce que, fueron abiertos más interrogantes en lo que se refiere a la forma de abordar los desafíos económicos, culturales, y sociales a largo del Acuerdo Final de Paz, esta vez centralizando la naturaleza y su importancia para la sociedad colombiana y la humanidad en general.

## REFERENCIAS

CHACÓN BARRERO, M. L. **Dinámica y determinantes de la violencia durante “la violencia”**: una aproximación desde la econometría espacial. Tesis (Maestría en Economía) – Universidad de Los Andes, Bogotá, 2004. Disponível em: <https://repositorio.uniandes.edu.co/entities/publication/3a1f72cf-0fd0-4fd9-bc41-351d2bcb2edb>. Acesso em: 25 nov. 2025.

COLOMBIA. GOBIERNO NACIONAL; FARC-EP. **Acuerdo final para la terminación del conflicto y la construcción de una paz estable y duradera**. La Habana, 2016. Disponível em: [https://www.cancilleria.gov.co/sites/default/files/Fotos2016/12.11\\_1.2016nuevoacuerdofinal.pdf](https://www.cancilleria.gov.co/sites/default/files/Fotos2016/12.11_1.2016nuevoacuerdofinal.pdf). Acesso em: 25 nov. 2025.

INSTITUTO DE ESTUDIOS PARA EL DESARROLLO Y LA PAZ (INDEPAZ). **Informe de atividades e observatório de DD. HH.** Bogotá: INDEPAZ, 2024.

LEFF, E. Las relaciones de poder del conocimiento en el campo de la ecologista política: una mirada desde el sur. In: ALIMONDA, H. *et al.* **Ecología política latinoamericana**: pensamiento crítico, diferencia latinoamericana y rearticulación epistémica. Buenos Aires: CLASCO, 2017.

LOPEZ, AVELLA, A. P. **El acuerdo final para la terminación del conflicto y la construcción de una paz estable y duradera en Colombia y sus proyecciones sobre pueblos y naturaleza**. Trabalho de Conclusão de Curso (Relações Internacionais e Integração). UNILA, Foz do Iguaçu, 2024. Disponível em: <https://dspace.unila.edu.br/items/134e1b0d-679c-4007-b042-2269c5619d43>. Acesso em: 25 nov. 2025.

MORALES, L. **La paz y la protección ambiental en Colombia:** propuestas para un desarrollo rural sostenible. Washinton: Diálogo Interamericano, 2017.

RODRÍGUEZ, C.; RODRÍGUEZ, D.; DURÁN, H. **La paz ambiental:** retos y propuestas para el posacuerdo. Bogotá: Djusticia, 2017.

ROMERO, J. A. *et al.* **Paz en Colombia:** perspectivas, desafíos, opciones. Buenos Aires: CLACSO, 2016.

SANTOS, R. A.; RUIZ, L. K. C.; GARCIA, E. T. A. Costos, daños y consecuencias del conflicto armado en Colombia desde una mirada territorial y comunitaria. **Módulo Arquitectura CUC**, Barranquilla, n. 31, p. 93-110, 2023. Disponible em: <https://revistascientificas.cuc.edu.co/moduloarquitecturacuc/article/view/4776>. Acceso em: 25 nov. 2025.

# A HAITIANO-FOBIA COMO IDEOLOGIA NACIONAL NA REPÚBLICA DOMINICANA

Djenika Senatus

Este capítulo busca investigar a intricada relação entre o Haiti e a República Dominicana, desde seus primórdios coloniais até as dinâmicas contemporâneas marcadas pela haitiano-fobia como uma ideologia arraigada na política externa dominicana. Ao traçar um panorama histórico, desde a colonização da ilha até os conflitos e tentativas de unificação no século XIX, pretende-se compreender a construção do anti-haitianismo, evidenciando como líderes como Trujillo e Balaguer moldaram percepções e estereótipos em prol da hegemonia dominicana. Além disso, será abordada a questão da migração haitiana e as políticas migratórias discriminatórias, contextualizando as violações de direitos humanos enfrentadas pelos migrantes. Por fim, será discutido o impacto do terremoto de 2010 no fluxo migratório, ressaltando tanto as mudanças temporárias na percepção dominicana quanto os desafios contínuos enfrentados pelos haitianos na busca por inclusão e reconhecimento na sociedade dominicana.

Segundo Silva (2016) é possível falar em anti-haitianismo no caso da República Dominicana. Esse assunto não se limita apenas à disseminação de uma ideologia “anti-haitianista”, é um aspecto complexo e complicado na formação da identidade dominicana e tem raízes em processos históricos que geraram conflitos entre as duas sociedades ao longo do tempo. Se não é possível precisar exatamente quando ou como o anti-haitianismo surgiu na República Dominicana, é possível, no entanto, atribuir suas primeiras manifestações às ocupações francesas em seu território e às ocupa-

ções haitianas. A partir disso, o anti-haitianismo se tornou parte integrante da identidade dominicana, influenciando as relações e percepções entre os dois países vizinhos.

O historiador dominicano Pons (2013) afirma que o anti-haitianismo, na República Dominicana, pode ser separado em duas vertentes principais: a) histórica e b) estatal. A vertente histórica surge e se mantém ao longo da evolução das histórias dos dois povos nas tensas relações entre França e Espanha durante o século XVIII. Essas tensões se intensificaram com a Revolução Haitiana e pioraram com a cessão de Santo Domingo à França em 1795, e se deterioraram durante as invasões haitianas de 1801 e 1805 e a ocupação de 1822-1844.

Por sua vez, a vertente estatal se desenvolve a partir dessas histórias, mas está vinculada às políticas governamentais, que as reforçaram para justificar o anti-haitianismo e contribuíram para o desenvolvimento do preconceito e hostilidade contra os migrantes haitianos na República Dominicana. Como explicou Pinto (2018):

Esse sentimento nacionalista baseado em um anti-haitianismo pode ser entendido como um esforço das classes dominantes para permanecer no topo da hierarquia. Franklin J. Franco, quando fala do pensamento colonialista da oligarquia governante, alude ao legado racista, classista e colonial, mas também aos interesses da classe dominante na manutenção do anti-haitianismo (Pinto, 2018, p. 67).

Durante a ocupação haitiana, houve uma supressão desses sentimentos negativos contra os haitianos, pois a imprensa em ambos os lados da ilha, estava censurada, o que impediu campanhas anti-haitianas. No entanto, esses sentimentos não foram erradicados da sociedade. Com o surgimento da ditadura na República Dominicana de Rafael Leónidas Trujillo Molina (1930-1961) – uma das primeiras ditaduras da América Latina e do Caribe e uma das mais violentas –, o anti-haitianismo estatal foi reforçado e usado para

inferiorizar a população haitiana na República Dominicana. E, nessa segunda fase do anti-haitianismo de Estado promovido por Trujillo, ser dominicano é não ser ou parecer haitiano, destacando a ideia de superioridade dos dominicanos em relação aos haitianos, e enfatizando as diferenças raciais (Vasconcelos, 2015). A estratégia leva à identificação do haitiano como o inimigo principal da identidade dominicana e destaca a porosidade da fronteira entre República Dominicana e Haiti. Para lutar contra esse inimigo nacional, como apontam Souza e Amorim (2019), era necessário afirmar a autonomia política e cultural dominicana e assim evitar a contaminação do país. Nessa mesma linha o autor Pinto (2018, p. 67) explica que:

A construção da memória social de forma a forjar inimigos não é uma excepcionalidade da República Dominicana. Para citar alguns exemplos, ocorreu em Ruanda no período que antecedeu o genocídio dos tutsis pelos hutus, ocorreu na base da ideologia do apartheid na África do Sul, tem sido construída hoje na estereotipificação do terrorista árabe no Ocidente. É um perigo real e atual. Racismo também não é exclusividade de alguns países. Ser negro tem sido considerado por anos como algo negativo, inferior. Na República Dominicana racismo, construção da memória a favor de uma elite econômica, geopolítica regional e nacionalismo nostálgico se imbricam de forma clara e complexa. Na República Dominicana há uma divisão entre a percepção biológica do que é ser negro e uma percepção social: “soy negro blanco” (Pinto, 2018, p. 67).

Munanga (2003), nos ajuda a entender essa questão ao apontar que a hierarquia da humanidade em diferentes raças e a disseminação da teoria pseudocientífica conhecida como raciologia no início do século XX, tinham um propósito mais doutrinário do que verdadeiramente científico, sendo usada para justificar sistemas de dominação racial. O autor aponta, numa contextualização global desse problema racial daquela época, que ao longo

do tempo, esses conceitos relacionados às relações raciais saíram dos círculos acadêmicos e foram incorporados nas sociedades ocidentais dominantes, tendo como resultado o nazismo da Segunda Guerra Mundial, por exemplo, que se apropriou dele para justificar atrocidades.

Ainda Munanga (2003) argumenta que o conceito moderno de raça não tem base biológica, e carrega uma carga ideológica e está ligado a relações de poder e dominação. A raça é vista como uma categoria etno-semântica, ou seja, sua interpretação é caracterizada pela estrutura da sociedade e pelas relações de poder presentes em cada contexto. Assim, os termos “negro”, “branco” e “mestiço” têm significados distintos em diferentes países, devido às diferentes configurações sociais e políticas. Pode-se observar que essas ideologias do racismo científico impactaram também sociedades como a República Dominicana e influenciaram a ideologia do haitiano-fobia para justificar os maus tratos dos dominicanos contra os migrantes haitianos. Como mencionou o autor Gates:

Ser negro, contudo, refere-se ao Haiti, e não à África. Na República Dominicana “ninguém é negro, porque essa palavra é reservada para os haitianos. Na verdade, se trata de negar tudo que seja haitiano” Entre alguns dominicanos, ser negro significa ser “pobre, sujo, inculto, ignorante, degenerado. Tudo o que pensavam sobre os haitianos tornou-se o que pensavam sobre ser negro” (Gates Jr., 2014, p. 117-191).

Trazemos Souza (2021), que analisou profundamente essa interseção entre raça e Relações Internacionais (RI), destacando como historicamente a questão racial foi usada para legitimar práticas de imperialismo e dominação dos países. Ela ressalta a presença do racismo nas principais teorias das RI, incluindo o liberalismo, o realismo e o construtivismo, argumentando que a perpetuação

da construção de negros como inferiores e brancos como superiores é um fator determinante na manutenção dos privilégios da última categoria.

Além disso, a autora explora o conceito de uma “linha de cor” que molda a estrutura global de poder com base em elementos políticos, econômicos e ideológicos, ecoando as ideias de Munanga (2003) de que a raça é uma construção social em vez de uma realidade biológica nas Relações Internacionais. No entanto, Souza (2012) também critica a disciplina das Relações Internacionais por negligenciar o papel crucial do colonialismo, da escravidão e do racismo em sua própria formação, assim como a importância da África na manutenção da hegemonia dos países centrais. Nesse sentido, a autora sustenta que o capitalismo tem uma dimensão racial, enraizado em práticas como a escravidão, invasões, expropriações e hierarquização racial, e destaca o racismo estrutural como uma chave teórica fundamental para compreender as continuidades e descontinuidades do poder colonial nas RI. Essa visão é corroborada por Quijano (1999) e Souza (2021).

Ele acrescenta que a ideia de raça tem sido “o mais eficaz instrumento de dominação social inventado nos últimos 500 anos”, e o racismo é, “sem dúvida, a mais perceptível e onipresente manifestação da colonialidade do poder” (Quijano, 1999, p. 141-142).

Portanto, a análise de Souza (2021) sobre a interseção entre raça e Relações Internacionais (RI) nos ajuda a entender melhor a questão da haitiano-fobia na República Dominicana, demonstrando como o racismo desempenha um papel fundamental na construção de narrativas prejudiciais. A autora destaca como a ideia de negros como inferiores e brancos como superiores, enraizada em teorias de RI como o liberalismo e o realismo, contribui para a manutenção dos privilégios. Onde essa visão racializada do poder também se reflete na história da República Dominicana, onde figuras como

Joaquín Balaguer e Arturo Peña Batlle promoveram ideias racistas e xenofóbicas, culminando também no massacre de 1937. Peña Batlle desconsiderou a história e a cultura haitianas, enquanto Balaguer estigmatizou o povo haitiano como inferiores, perpetuando estereótipos prejudiciais. Essas atitudes revelam como o racismo estrutural desempenhou um papel na formação da identidade dominicana às custas da marginalização da identidade haitiana, ilustrando a complexa relação entre raça, poder e política internacional (Balaguer, 1993; Souza, 2021).

Balaguer e Batlle, importantes intelectuais dominicanos também desempenharam um papel principal na implementação dessa ideologia racista e xenofóbica, materializada no massacre de 1937 (Vasconcelos, 2015). Batlle relatou o Haiti como uma sociedade sem história propriamente dita, sem antecedentes tradicionais, sem ponto de partida e sem raízes espirituais. Por outro lado, Balaguer dizia que o Haiti era povoado por negros de uma raça inferior, classificando como tarados deprimentes e praticantes de incesto e outras práticas bárbaras e imorais. Esses dois trabalhos parecem buscar consolidar uma identidade dominicana através da inferiorização da identidade haitiana, perpetuando estereótipos e preconceitos acerca do país vizinho e de seu povo (Balaguer, 1993, p. 35-36).

Durante o período mais marcante do haitiano-fobia na República Dominicana, o ditador Trujillo formulou uma política nacionalista que não apenas refutava os haitianos discursivamente, mas também tomava medidas bem específicas para restringir a sua presença no país. A fronteira entre os dois países era porosa devido às medidas de imprecisão dos limites implementados e das trocas socioculturais, criando um grande fluxo de migrantes em ambos os sentidos. Segundo o autor Vasconcelos (2015), naquela época havia um grande número de haitianos migrando para a República Dominicana, especialmente para trabalhar como *braceros* ou *bateys*

na indústria açucareira dominicana, uma prática empregada tanto por Trujillo quanto por seus sucessores políticos, incluindo Joaquín Balaguer.

O ponto importante do anti-haitianismo é representado pelo massacre de Perejil em 1937. Como parte da política de dominicanização da fronteira, destinada a conter qualquer invasão pacífica de haitianos, as forças militares dominicanas mataram milhares de haitianos que viviam na fronteira haitiano-dominicana, sob a influência de Trujillo e de seus mentores intelectuais como Batlle quem foi seu ministro de exterior.

Durante o “Massacre Perejil” os militares dominicanos utilizaram uma estratégia para identificar os haitianos em território dominicano a serem assassinados. Pediam que as pessoas pronunciassem a palavra espanhola “perejil”. Uma vez que os haitianos, devido à influência francesa no seu idioma, tinham problemas em pronunciá-la corretamente, todos que falharam na sua pronúncia eram prontamente identificados, assim, muitos haitianos, mas também dominicanos de origem haitiana, e todos aqueles que tinham alguma dificuldade de fala foram assassinados. O autor Vasconcelos (2015) aponta que os únicos haitianos não assassinados foram aqueles que conseguiram fugir, abandonando tudo que possuíam e os haitianos que trabalhavam para multinacionais açucareiras dos Estados Unidos, que não foram massacrados.

## **Relações bilaterais Haiti-República Dominicana na questão migratória**

De acordo com os autores Diederich e Al Burt (1986) a situação pós-independência no Haiti foi caracterizada pelo agravamento da situação de pobreza e miséria da população em meio a instabilidade política contínua. O país foi ocupado por nações estrangeiras, como os Estados Unidos entre 1915 e 1934 e teve a ditadura dos Duvalier que durou quase sessenta anos, de 1957 a 1986 – François Duvalier, pai e o filho Jean-Claude Duvalier, conhecidos como Papa Doc

e Baby Doc. Durante essa época, o país enfrentava fragilidade em sua consolidação sobretudo nas questões políticas e econômicas. E isso tem causado um aumento significativo da emigração haitiana, em busca de melhores condições de vida no exterior, a partir da segunda metade do século XX.

No caso da migração haitiana para a República Dominicana, o autor Silié, (1998; 2002) comentou que se intensifica entre as décadas de 1930 e 1990, principalmente para trabalhar na indústria açucareira. Mas também na mesma época a imigração haitiana também se estendeu para os Estados Unidos, Canadá e Bahamas. Durante esse processo migratório, os migrantes haitianos enfrentavam exclusão econômica e social, eles foram submetidos a tratamentos precários no mercado de trabalho com baixos salários. Essa discriminação foi reforçada por manifestações ideológicas racistas e xenófobas, como vimos, visando manter o grupo em posições subalternas. Essas atitudes, o “anti-haitianismo”, provocaram casos extremos de maus tratos e violações dos direitos humanos na República Dominicana, que chegou inclusive a sofrer punições por parte da Comissão Interamericana de Direitos Humanos em 1999.

Pois, o governo dominicano tem tratado os imigrantes haitianos de forma negligente, não organizando sua entrada no país nem sua integração na sociedade local. Conforme o autor Silié, ao longo do século XX até a década de 1980, a migração haitiana foi vista como uma “invasão passiva” pelo governo, situação que dificultou a formulação de uma política migratória consistente e houve várias alianças políticas, inclusive entre partidos de oposição, para repatriar os haitianos. Mesmo que o setor privado dominicano continue empregando mão-de-obra haitiana. Isso resultou em vulnerabilidade para os imigrantes haitianos e seus descendentes, pois não possuíam garantias de direitos civis e trabalhistas (Silié, 2005).

Assim, a falta de apoio oficial e consistente do Estado dominicano no tema da regularização dos trabalhadores haitianos em seu território, apesar de terem sido incorporados ao setor privado,

os leva a enfrentar violações de seus direitos humanos. Ainda, o governo tomou medidas pontuais, como o Decreto 417-90 em 1990, que regularizou temporariamente trabalhadores haitianos no setor açucareiro. No entanto, esse decreto foi substituído em 1991 pelo Decreto 233-91, que ordenou a repatriação de muitos haitianos, gerando pânico e insegurança entre migrantes e descendentes de haitianos. A repatriação tornou-se o principal método de controle da migração haitiana. As medidas foram denunciadas e houve tentativas de regulamentação nos governos de Leonel Fernández e René Préval em 1999, mas nenhum projeto de lei foi aprovado devido à falta de uma política abrangente e direcionada, à falta de coerência e eficácia nas ações das autoridades governamentais envolvidas no tema (Silié, 2005).

O autor Silié (2005) confirmou também que a Diretoria Geral de Migrações, na República Dominicana, é o principal órgão responsável pela gestão das migrações, especialmente as deportações devido à ausência de uma política abrangente. As forças armadas atuam nas fronteiras de forma independente da Direção de Migrações. O Ministério do Trabalho lida com contratações específicas de migrantes, mas não tem uma abordagem global para os haitianos. O Ministério das Relações Exteriores emite vistos, porém sem orientação coerente. Isso deixa os haitianos no mercado de trabalho dominicano à mercê da ilegalidade. Setores privados negociam casos isolados de mão-de-obra haitiana, muitas vezes explorando a informalidade e evitando direitos trabalhistas e impostos. O que leva muitos migrantes a obterem empregos por redes informais, como traficantes de pessoas devido à falta de proteção estatal (Silié, 2005).

Conforme descrito pelo autor Silié (1998; 2002), o fluxo migratório haitiano na República Dominicana, desde a década de 1930 até os anos 2009, teve uma característica marcadamente anti-haitiana. Como já explicamos os eventos que levaram a essa situação anteriormente, esta seção conclui com a análise dos impactos do terremoto de 2010 no fluxo migratório dos haitianos na República

Dominicana. No entanto, é importante destacar que essa migração adquiriu uma característica mais humanitária por parte dos dominicanos após a catástrofe desse terremoto, que deixou o Haiti devastado, com muitas pessoas desabrigadas e sem acesso aos serviços básicos. Como resultado, muitos deles atravessaram a fronteira em busca de uma vida melhor.

## **Conclusão**

Em conclusão, este estudo mostra como as tensões históricas e ideológicas entre Haiti e República Dominicana persistem ao longo do tempo, resultando em políticas discriminatórias e percepções arraigadas na sociedade dominicana. A construção do anti-haitianismo como parte da identidade dominicana e seu uso por líderes políticos ao longo dos séculos, como mencionado por Moya Pons (2013), ilustra a profundidade dessa ideologia. Além disso, a análise das políticas migratórias desumanas e das violações de direitos humanos contra os migrantes haitianos, como discutido por Silié (1998; 2002), destaca a necessidade urgente de uma abordagem mais justa e compassiva. Apesar de momentos de solidariedade, como após o terremoto de 2010, permanecem desafios significativos na busca por uma convivência harmoniosa e igualitária entre os dois países. Portanto, a conclusão deste estudo ressalta a importância de desafiar ativamente a haitiano-fobia enraizada, fomentando uma cultura de respeito mútuo, compreensão e cooperação para um futuro mais inclusivo e equitativo na ilha de Hispaniola.

## REFERÊNCIAS

AUDEBERT, C.; BERTRAND, M. La diaspora haïtienne. Territoires migratoires et réseaux transnationaux. **Migrinter**, Université de Poitiers, n. 13, p. 1-5, set. 2013. Disponível em: <https://journals.openedition.org/e-migrinter/273>. Acesso em: 25 nov. 2025.

BALAGUER, J. **Memorias de un artesano de la era de Trujillo**. Santo Domingo: Librería Dominicana, 1993. 384 p.

BODVARSSON, Ö.; VAN DER BERG, H. **The economics of immigration: theory and policy**. Londres: Springer Science & Business Media, 2009. 298 p.

BUELVAS, L.; PÉREZ, L. **Análisis de las barreras no arancelarias para los productos colombianos en el Mercosur**. Pará de Minas: Virtual Books, 2004. 100 p.

CAETANO, G. **CONAPROLE: a história**. Montevideo: EME Marketing, 2016. 242 p.

CARVAJAL-OSORIO, H.; BABATIVA, H. J.; ALONSO, J. A. Estudio de producción de H2 con hidroelectricidad para una economía de hidrogeno en Colombia. **Ingeniería y competitividad**, Cali, v. 12, n. 1, p. 31-42, 2010. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/2913/291323517003.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2025

CENTURIÓN, A. **BID-INTAL, restricciones no arancelarias en el MERCOSUR**. Pará de Minas: Virtual Books, 2002. 100 p.

CHACÓN BARRERO, M. L. **Dinámica y determinantes de la violencia durante “la violencia”**: una aproximación desde la econometría espacial. Tesis (Maestría en economía) – Universidad de Los Andes, Bogotá, 2003. Disponível em: <https://ideas.repec.org/p/col/000089/002363.html>. Acesso em 25 nov. 2025.

CHIARELLO, L. M. As interações entre Relações Internacionais e migrações internacionais e os desafios para a soberania do estado no atual contexto globalizado. **Travessia**: revista do migrante, São Paulo, v. 25, n. 72, p. 33-46, 2012. Disponível em: <https://travessia.emnuvens.com.br/travessia/article/view/153>. Acesso em: 25 nov. 2025.

DIEDERICH, B.; BURT, A. **Papa doc et les tontons macoutes**. Port-au-Prince, Haiti: Imprimerie Henri Deschamps, 1986. 383 p.

GATES JR., H. L. **Vida e obra de W. E. B. Du Bois**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014. 384 p.

MADEIRA DA SILVA, C. A. et al. Xenofobia direcionada aos imigrantes haitianos na República Dominicana: motivações e implicações. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL PENSAR E REPENSAR A AMÉRICA LATINA, 2., 2004, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2004. p. 1-14.

MUNANGA, K. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**: identidade nacional *versus* identidade negra. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

NÜSKE, A. G. G.; KOTHER, M. M. M. Migração haitiana: el sujeto frente al (re)encuentro con el exceso. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 30, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psusp/a/RbTh4F74CvNtPCzFvjQD8vf/?lang=pt>. Acesso em: 25 nov. 2025.

PINTO, S. R. **Racismo, construção da memória a favor de uma elite econômica, geopolítica regional e nacionalismo nostálgico**. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), Rio de Janeiro, 2018.

PONS, F. M. Antihaitianismo de estado. **Diario libre**, Santo Domingo, dez. 2009.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, B. de S.; MENESES, M. P. (org.). **Epistemologias do sul**. Coimbra: Almedina, 2009. p. 73-117.

QUIJANO, A. **Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina**. Buenos Aires: CLACSO, 1999.

SILIÉ, R. **La nueva inmigración haitiana**. Santo Domingo, República Dominicana: Ediciones Flacso, 2002.

SOUZA, J. **A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato**. Rio de Janeiro: Leya, 2021.

SOUZA, K. de; AMORIM, L. M. de. **Aspectos históricos e estatais do anti-haitianismo na República Dominicana**. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso/Monografia – [S.l.: s.n.], 2019.

VASCONCELOS, A. D. Anti-haitianismo: uma tradição de identidade haitiana? **Universitas Relações Internacionais**, Brasília, v. 13, n. 2, p. 51-65, jul./dez. 2015. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/291011914\\_Anti-haitianismo\\_uma\\_tradicao\\_de\\_identidade\\_haitiana\\_105102uriv13i23587](https://www.researchgate.net/publication/291011914_Anti-haitianismo_uma_tradicao_de_identidade_haitiana_105102uriv13i23587). Acesso em: 25 nov. 2025.

WOODING, B. El impacto del terremoto en Haití sobre la inmigración haitiana en República Dominicana. **América Latina Hoy**, Salamanca, n. 56, p. 111-129, out. 2010. Disponível em: <https://revistas.usal.es/cuatro/index.php/1130-2887/article/view/7788/7797>. Acesso em: 25 nov. 2025.

# **LAS RESTRICCIONES NO ARANCELARIAS A LAS EXPORTACIONES DE LÁCTEOS URUGUAYOS EN EL MERCOSUR**

Adrián Larroca Ferrari

La firma del Tratado de Asunción en 1991 por Argentina, Brasil, Paraguay y Uruguay marcó el inicio del MERCOSUR, con la intención de fomentar la integración económica mediante la eliminación de barreras comerciales y la libre circulación de bienes, servicios y factores productivos. Aunque el tratado prometía una apertura económica y la desregulación, en la práctica se han desarrollado barreras no arancelarias (BNA) que complican la libre circulación de mercancías dentro del bloque. Estas BNA incluyen restricciones aduaneras, técnicas y fiscales que afectan el comercio, generando incertidumbre y conflictos.

El sector lácteo uruguayo es crucial para la economía del país, siendo uno de los principales productos de exportación y representando una porción significativa del empleo y la producción. Dada la pequeña dimensión del mercado interno uruguayo, el país depende en gran medida de las exportaciones de lácteos. El MERCOSUR es un mercado estratégico para estos productos, aunque las BNA han tenido un impacto negativo significativo. Por ejemplo, las exportaciones de lácteos uruguayos a Brasil, que constituían un porcentaje elevado, han disminuido debido a las barreras impuestas.

El propósito de este trabajo es analizar cómo las BNA afectan las exportaciones de lácteos uruguayos y examinar su impacto en la transnacionalización del sector dentro del MERCOSUR. Para ello, se utilizará un enfoque estructuralista en Relaciones Internacionales, complementado con teorías marxistas sobre la dependencia

y el capitalismo. La investigación combinará análisis cuantitativo de datos estadísticos con técnicas cualitativas, incluyendo entrevistas con representantes de empresas exportadoras y revisión de documentación relevante.

Estructuralmente, este capítulo, ofrecerá en primer orden un marco teórico sobre las BNA, el desarrollo del MERCOSUR y su política exterior, evaluando la autonomía y dependencia del bloque. En segundo término, se revisará el sector lácteo uruguayo en el MERCOSUR desde 1991 hasta 2013, destacando los principales conflictos y limitaciones. En tercer término, veremos un estudio de caso sobre las BNA y su impacto en las exportaciones de lácteos uruguayos entre 2014 y 2017, analizando cómo estas barreras han afectado el comercio y la transnacionalización del sector.

## **Teorías sobre el MERCOSUR y las barreras no arancelarias**

En primera instancia analizaremos sucintamente las BNA y su impacto en el MERCOSUR, especialmente en las exportaciones de lácteos uruguayos. La relevancia de las BNA en el concierto mundial data de 1985, cuando comenzaron a superar en importancia a las barreras arancelarias (Menicucci, 2005). Estas barreras incluyen una variedad de prácticas que limitan el acceso a los mercados nacionales mediante restricciones formales e informales, tales como prohibiciones, certificaciones y regulaciones técnicas, que elevan costos y afectan la competitividad (Menicucci, 2005; Centurión, 2002).

La dificultad para definir y medir las BNA se debe a su naturaleza variada y a la falta de transparencia, haciendo que su impacto sea difícil de evaluar con precisión (Menicucci, 2005; Centurión, 2002).

Por lo dicho, las BNA, a menudo se clasifican en cinco categorías: efectos cuantitativos, alteración de costos y precios, procedimientos internos, obstáculos técnicos y medi-

das de protección relacionadas con la salud, medio ambiente y seguridad (Centurión, 2002), esto desalientan la participación comercial, perjudicando la integración económica y las negociaciones internacionales,

El MERCOSUR, establecido por el Tratado de Asunción en 1991, buscó promover una integración regional mediante la eliminación de barreras arancelarias y no arancelarias, en un contexto de neoliberalismo que contrastaba con enfoques desarrollistas anteriores (MERCOSUR, 1991; Briceño Ruiz *et al.*, 2012).

En los años 90, la globalización impulsó el regionalismo para enfrentar desafíos globales, con México y Chile optando por acuerdos bilaterales, mientras que el MERCOSUR se enfocó en una unión aduanera basada en la proximidad geográfica y sociocultural (Sanahuja, 2008). La teoría de Balassa, aplicada al MERCOSUR, busca eliminar barreras tarifarias y no tarifarias y adoptar una tarifa externa común, pero el bloque enfrentó crisis y problemas de integración, especialmente en el sector lácteo (Silva, 2013; Almeida, 2013; Centurión, 2002).

Las empresas transnacionales jugaron un rol significativo en bloque, aprovechando la apertura comercial para imponer sus propias reglas y aumentar la dependencia económica (Santos, 2011), sobre todo a partir del nuevo milenio, donde se llegó a un “Relanzamiento del MERCOSUR” y al Consenso de Buenos Aires en 2003, marcando un cambio hacia un regionalismo pos-liberal con mayor énfasis en la cooperación no comercial y la mejora de infraestructura (Sanahuja, 2008).

La oposición al Área de Libre Comercio de las Américas (ALCA) en 2005 reflejó una tendencia hacia una mayor autonomía regional (Souza, 2012). La expansión del MERCOSUR con la incorporación de Venezuela en 2012 y su posterior suspensión en 2016, junto con el giro hacia políticas derechistas en Argentina y Brasil, afectaron la integración del bloque y su sector lácteo (MERCOSUR, 2016; Pennaforte, 2017).

El MERCOSUR ha evolucionado hacia una integración intergubernamental, enfrentando desafíos debido a las BNA y prácticas empresariales anticompetitivas. Funciona como un instrumento político, jurídico y económico para satisfacer necesidades internas de los Estados miembros (Kan, 2013).

Desde la perspectiva del materialismo histórico, el Estado utiliza su aparato para regular mercados y resolver conflictos burgueses, influyendo en las políticas de integración regional (Kan, 2013). La integración regional, definida por Balassa y el regionalismo pos-liberal, busca eliminar barreras al comercio y promover la cooperación estatal (Celli 2006; Perroux, 1967).

La política externa del MERCOSUR refleja los objetivos de las clases dominantes y puede implicar cambios en las relaciones internacionales (Kan, 2013). La autonomía, discutida por Puig y otros, es esencial para contrarrestar la dependencia estructural y permitir un desarrollo equilibrado (Puig, 1986; Briceño Ruiz *et al.*, 2012). La dependencia estructural, derivada del imperialismo y la división internacional del trabajo, perpetúa una relación de subordinación económica (Marini, 2011, 2013, 2014).

## **Evolución y características del MERCOSUR**

El MERCOSUR, desde su establecimiento en 1991, ha atravesado una evolución significativa, adaptándose a los cambios políticos y económicos tanto a nivel regional como global. Inicialmente concebido como una integración económica intergubernamental, el bloque ha enfrentado numerosos desafíos en su camino hacia una unión aduanera efectiva y un área de libre comercio.

A pesar de los principios normativos del intergubernamentalismo liberal, que abogan por una colaboración sin restricciones entre los gobiernos de los Estados miembros para maximizar beneficios comunes, en la práctica el MERCOSUR ha visto el incumplimiento de estos principios, lo que ha dado lugar a prác-

ticas empresariales anticompetitivas y dificultades específicas, como las que afectan las exportaciones de lácteos uruguayos debido a las BNA.

Estas barreras no arancelarias complican la integración del MERCOSUR al imponer restricciones que van más allá de los aranceles, como cuotas, licencias y regulaciones técnicas, afectando negativamente el comercio dentro del bloque. La integración económica del MERCOSUR ha buscado mejorar la eficiencia y competitividad a nivel regional, pero la presencia de BNA ha limitado el éxito de estos esfuerzos, demostrando las tensiones entre la teoría económica de la integración y la realidad práctica.

El MERCOSUR también funciona como un instrumento político, jurídico y económico para satisfacer las necesidades internas de los Estados miembros o de sus clases dominantes. En este contexto, el bloque busca proyectar sus objetivos a través de una política externa que fortalezca su competitividad en un sistema internacional marcado por el imperialismo y el subimperialismo (Kan, 2013; Poulantzas, 1990). El Estado, desde la perspectiva del materialismo histórico, se ve como un reflejo de la estructura económica que regula y controla el mercado. La burguesía, al consolidarse como clase dominante, utiliza el aparato estatal para intervenir en la economía, y los conflictos entre facciones burguesas se resuelven a través de la política estatal, influyendo en las políticas de integración regional (Kan, 2013).

En cuanto a la integración regional, la teoría de Balassa define este proceso como la eliminación gradual de barreras al comercio y la adopción de una tarifa externa común, mientras que el regionalismo pos-liberal aboga por una mayor intervención estatal y solidaridad en la producción (Celli, 2006; Perroux, 1967). Este enfoque pos-liberal busca una combinación de operaciones de mercado y fuera de mercado para el desarrollo autónomo, contrastando con el regionalismo neoliberal que predominaba en las primeras etapas del MERCOSUR.

La política externa del MERCOSUR busca reflejar los intereses de las clases dominantes y puede generar cambios significativos en las relaciones internacionales a mediano y largo plazo (Kan, 2013). Los paradigmas de política exterior de los Estados miembros reflejan sus visiones del poder y aspiraciones de las élites gobernantes, y esta política puede variar en respuesta a las coyunturas políticas y necesidades estratégicas (Bernal, 2010; Kan, 2013).

En términos de autonomía, Latinoamérica ha buscado históricamente alternativas al modelo de libre mercado para contrarrestar la dependencia estructural. Pensadores como Juan Carlos Puig y Helio Jaguaribe han destacado la importancia de la autonomía política para lograr un desarrollo más equilibrado (Puig, 1986; Briceño Ruiz *et al.*, 2012). El MERCOSUR muestra una asimetría en autonomía, con Brasil exhibiendo una mayor capacidad para influir en la región en comparación con otros miembros (Puig, 1986; Briceño Ruiz *et al.*, 2012).

Finalmente, la dependencia estructural en Latinoamérica, que se remonta al siglo XVI, se ha profundizado con la división internacional del trabajo y el imperialismo. Esta dependencia se manifiesta en la tendencia a la monoproducción y la limitada diversificación industrial, reflejando cómo las economías dependientes están condicionadas por el mercado internacional (Marini, 2011, 2013, 2014). La dependencia económica sigue siendo una barrera significativa para una integración efectiva y un desarrollo autónomo en la región.

## **Implicancias para el comercio exterior y la producción uruguaya en el sector lácteo**

Este apartado analiza el impacto del MERCOSUR en el sector lácteo uruguayo entre 1991 y 2013, abordando tanto los aspectos cuantitativos como cualitativos. Se examinan los conflictos derivados de la transnacionalización del sector y las implicancias de las BNA en las exportaciones uruguayas, destacando las oportunidades y desafíos que el MERCOSUR representa para el sector.

## Conflictos de la transnacionalización del sector lácteo uruguayo en el MERCOSUR (1991-2013)

En los primeros años del MERCOSUR, la industria láctea uruguaya experimentó un crecimiento notable, con un aumento en las exportaciones de 40 millones de dólares en la década de 1980 a más de 100 millones en la década de 1990 (Caetano, 2016). Este incremento fue especialmente notable en el mercado brasileño, que absorbió más del 70% de las exportaciones uruguayas.

Sin embargo, la apertura comercial también trajo consigo la entrada de capital transnacional, generando conflictos y limitaciones. La crisis económica a finales de los años 90 y principios de 2000, incluyendo la crisis del real brasileño en 1998 y la crisis argentina en 2001, afectó negativamente al sector lácteo uruguayo, reduciendo las exportaciones y revelando las debilidades del MERCOSUR (Caetano, 2016).

A partir de 1999, la devaluación del real y la crisis inflacionaria redujeron la competitividad del sector lácteo uruguayo, exacerbando problemas como el endeudamiento y el ajuste estructural (Caetano, 2016; Romero, 2016). La entrada de transnacionales como Lactosan y Parmalat, facilitada por la liberalización promovida por el gobierno de Luis A. Lacalle, llevó a una mayor concentración del mercado, con una sola empresa captando alrededor del 80% de la leche industrializada (Berlinski, 2001). Esta concentración y la apertura a capitales extranjeros, reflejada en la ley de inversión N.º 19.906 de 1998, profundizaron la dependencia estructural del sector (Registro Nacional de Leyes, 1998).

El rechazo de la propuesta de compra por parte de Exxel en 2000 y la formación de *joint ventures* con empresas transnacionales como Bongrain y Dairy Partners ilustraron las tensiones entre la defensa del capital nacional y la expansión transnacional (Caetano, 2016; Taccone, 1999). La crisis de 2008 y la recesión global también impactaron negativamente, pero a partir de 2009, el sector

comenzó a recuperarse gracias a un contexto externo favorable y políticas de integración productiva dentro del MERCOSUR (Caetano, 2016).

La eliminación del “Sistema de Pago al Productor” en 2008 obligó a los productores a adaptarse a un nuevo esquema de precios determinados por el mercado, beneficiando a las grandes industrias y dificultando a los pequeños y medianos productores (Caetano, 2016). Esta liberalización contribuyó a la extranjerización de tierras y la concentración en grandes “Mega Tambos” con capital extranjero.

## **La influencia de las barreras no arancelarias**

Durante la década de 1990, la liberalización del comercio intra-bloque en el MERCOSUR facilitó el acceso a los mercados, pero también intensificó conflictos sectoriales y generó un aumento en las BNA (Berlinski, 2001). A finales de 1994, había 276 BNA en el MERCOSUR, de las cuales 225 se aplicaban a las importaciones y 51 a las exportaciones (Buelvas; Pérez, 2004). Aunque el compromiso de eliminar ciertas restricciones se asumió en 1995, las BNA persistieron, afectando el libre comercio dentro del bloque y generando problemas para los exportadores uruguayos (Kume, 2001).

El sector lácteo fue particularmente afectado por las BNA, que incluyeron licencias de importación, requisitos de etiquetado, y trámites aduaneros excesivos (Vaillant, 2001). A pesar de los avances en la industrialización y un aumento en la producción y exportación de derivados lácteos, las BNA continuaron siendo un obstáculo significativo. La crisis económica y la devaluación del real llevaron a una mayor protección del mercado brasileño, afectando las exportaciones uruguayas (Assis *et al.*, 2016).

Entre 1999 y 2004, las BNA impuestas por Brasil, como licencias de importación y requisitos de certificación, incrementaron los costos y la incertidumbre para los exportadores uruguayos (Buelvas; Pérez, 2004). A pesar de esto, Brasil siguió importando grandes

volúmenes de productos lácteos para satisfacer la demanda interna, y las BNA se utilizaron para manejar las fluctuaciones del mercado (Berlinski *et al.*, 2006).

A partir de 2005, las exportaciones uruguayas a Brasil mejoraron, impulsadas por la eliminación de impuestos y menores restricciones (Machado; Bender, 2017). Sin embargo, al inicio de la década actual, Brasil continuó importando leche en polvo y quesos uruguayos, lo que provocó preocupaciones entre los productores brasileños y llevó a protestas y a la implementación del programa “Mas Leche” para apoyar la producción interna (de Assis *et al.*, 2016; Machado; Bender, 2017).

En Argentina, el uso extensivo de BNA desde 2009 afectó negativamente las exportaciones uruguayas. La “Declaración Jurada Anticipada de Importaciones” (DJAI) implementada en 2012 retrasó significativamente las exportaciones de lácteos uruguayos, causando parálisis en el comercio durante un año (AFIP, 2012).

## **La transnacionalización sobre el comercio lácteo uruguayo en el MERCOSUR (2014-2017)**

Este último acápite examina las implicancias recientes de las BNA en las exportaciones de lácteos uruguayos, así como la influencia de la transnacionalización en el comercio lácteo dentro del MERCOSUR durante el período de 2014 a 2017. El análisis se basa en entrevistas con funcionarios de empresas exportadoras, documentos institucionales y datos periodísticos.

Durante el período de 2014 a 2017, el sector lácteo uruguayo enfrentó una serie de desafíos significativos. En 2014, a pesar de que el año anterior había sido récord en términos de exportaciones, se comenzaron a observar signos de crisis. Las exportaciones lácteas uruguayas cayeron en valor un 9% y en volumen un 10%, aunque los precios internacionales promedio mejoraron en un 2%. Esta caída fue más pronunciada en mercados fuera del MERCOSUR,

como China, mientras que las exportaciones dentro del bloque hacia Venezuela y Brasil continuaron en aumento, representando el 50% de las divisas obtenidas en ese año.

En 2015, el cambio hacia políticas neoliberales en el MERCOSUR profundizó la crisis del sector. Las exportaciones cayeron un 22% en valor respecto a 2014, aunque el volumen exportado aumentó en un 8% debido a mayores colocaciones de leche en polvo. La recesión económica en Brasil y la crisis en Venezuela afectaron negativamente las exportaciones, aunque se lograron acuerdos para exportar grandes volúmenes de leche en polvo y quesos a Venezuela.

La crisis se intensificó en 2016, con una caída del 10% en la facturación de exportaciones en comparación con el año anterior, aunque el volumen exportado creció en un 3%. La caída en la facturación afectó casi todos los productos, salvo la leche en polvo entera, cuyo ingreso aumentó en un 11% gracias a la demanda en Brasil. La caída de exportaciones a Venezuela obligó a redireccionar las ventas hacia Brasil y otros mercados emergentes como Paraguay y Argentina.

En 2017, la facturación de exportaciones mejoró ligeramente en un 4% en comparación con 2016, pero los volúmenes exportados disminuyeron en un 18%. La caída en las importaciones de Brasil, el principal cliente, afectó negativamente, a pesar del aumento en los precios internacionales. A nivel regional, se observó un incremento en las importaciones de Paraguay y Argentina, que compensaron parcialmente la caída en las compras brasileñas.

A partir de 2017, Brasil implementó varias BNA que incluyeron cuotificación de importaciones y restricciones adicionales, como la prohibición de productos no embalados y la reducción del período de permanencia en góndolas. Estas medidas tenían como objetivo proteger a los productores brasileños y limitar la competencia extranjera, lo que exacerbó las dificultades para los exportadores uruguayos en un contexto político cambiante tras el *impeachment* de Dilma Rousseff y el ascenso de Michel Temer.

La transnacionalización del sector lácteo uruguayo ha llevado a una mayor dependencia del mercado brasileño. Sin embargo, la creciente competencia y las políticas restrictivas de Brasil han limitado el potencial de crecimiento del sector. La salida de empresas como Ecolat y Schreiber Foods, junto con la consolidación del mercado bajo grandes transnacionales como Lactalis, evidenció cómo la transnacionalización y el uso de BNA impactaron negativamente tanto en el mercado laboral como en la producción en Uruguay.

Entre 2014 y 2017, el número de productores lácteos en Uruguay disminuyó en un 15%, con una caída significativa en la remisión de leche a planta, a pesar de que la producción total se mantuvo relativamente estable. La conversión de tierras destinadas a la lechería en cultivo de soja también contribuyó a la reducción en la producción lechera, reflejando tanto la presión económica sobre los productores como el impacto ambiental de los cultivos de soja.

Por todo lo analizado, la combinación de Barreras No Arancelarias y la transnacionalización durante el período analizado ha tenido un impacto profundo en el sector lácteo uruguayo. Estas dinámicas han afectado la estructura del sector, el mercado laboral y la producción, creando un entorno cada vez más complejo y desafiante para los productores locales.

## **Conclusión**

El impacto combinado de las Barreras BNA y la transnacionalización durante el período analizado ha sido profundo en el sector lácteo uruguayo. Aunque los primeros años del MERCOSUR beneficiaron al sector con mayores niveles de productividad y comercio, la integración económica se vio influenciada por el capital imperialista, permitiendo la entrada de grandes transnacionales. Esto generó beneficios gubernamentales, pero también incertidumbre y absorción de capitales nacionales, al tiempo que la eliminación de

barreras arancelarias globales impulsó el uso de BNA para proteger sectores competitivos, intensificando conflictos y proteccionismos internos.

La crisis del sector y la modernización impulsaron una mayor inversión de transnacionales, exacerbando la dependencia estructural y afectando negativamente la producción nacional. A pesar de la reducción en el uso de BNA con gobiernos progresistas desde 2003, la creciente transnacionalización favoreció a grandes empresas y promovió la extranjerización, en detrimento de los productores locales. Para superar esta dependencia y fomentar un desarrollo económico autónomo, el MERCOSUR necesita una integración más sólida y coordinada.

## REFERENCIAS

ADMINISTRAÇÃO FEDERAL DE INGRESSOS PÚBLICOS (AFIP). Resolução Geral AFIP nº 3252/2012, de 5 de janeiro de 2012. **Biblioteca eletrônica administração federal de ingressos públicos – AFIP**, Argentina, 2012.

ALMEIDA, P. de. **Integração regional**: uma introdução. São Paulo: Ed. Saraiva, 2013. 304 p.

ASSIS, J. *et al.* **Cadeia produtiva do leite no Brasil no contexto do comércio internacional**. Revista de Ciências Empresariais da UNIPAR, Umuarama, v. 17, n.1, 2016. Disponível em: <https://www.revistas.unipar.br/index.php/empresarial/article/view/5199>. Acesso em: 25 nov. 2025

BERLINSKI, J. *et al.* **15 años de Mercosur**: comercio, macroeconomía e inversiones extranjeras. Montevideo: Red de Investigaciones Económicas del Mercosur, 2006. 426 p.

BUELVAS COHEN, L.; PÉREZ TATIS, L. **Análisis de las barreras no arancelarias para los productos colombianos en el Mercosur**. Cartagena de Índias: Universidad Tecnológica de Bolívar, 2004.

CAETANO, G. **CONAPROLE**: a história. Montevideo: EME Marketing, 2016.

CENTURIÓN, A. **BID-INTAL, Restrições no arancelarias en el MERCOSUR**: “los nuevos desafíos para la integración regional” Buenos Aires: BID-INTAL, 2002. Disponível em: [https://comerint2.tripod.com/aclopez\\_t.pdf](https://comerint2.tripod.com/aclopez_t.pdf). Acesso em: 25 nov. 2025.

DUFFIE, J.; BECKMAN, W. **Solar engineering of thermal processes**. Nova York: John Wiley and Sons, Inc., 2013.

KAN, J. **Integrarse desde arriba**: a relação entre a classe dominante, os governos e os projetos de integração regional MERCOSUR e ALCA na Argentina recente. Buenos Aires: UBA, 2013.

KAN, J.; PASCUAL, R. **Integrados**: debates sobre as Relações Internacionais e a integração regional latino-americana e europeia. Buenos Aires: Imago Mundi, 2013. 304 p.

MACHADO, B.; BENDER, R. Mercado brasileiro de lácteos: análise do impacto de políticas de estímulo à produção. **Revista Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 55, n. 4, out./dez. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/resr/a/JXYyQhJrdbhLk8dDyqpCzQJ/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 25 nov. 2025.

MARINI, R. M. A acumulação capitalista mundial e o subimperialismo. **Cuadernos Políticos**, México, Ediciones Era. n. 12, p. 20-39, abr./jun. 1977. Disponível em: <http://www.cuadernospoliticos.unam.mx/cuadernos/contenido/CP.12/CP.12.4.Marini.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2025.

MARINI, R. M. **Dialética da dependência**. Buenos Aires: Ed. Vozes/Clacso, 2000.

MARINI, R. M. Dialética da dependência. In: STÉDILE, J. P.; TRESPADINI, R. **Ruy Mauro Marini**: vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, 2011. p. 131-172.

MARINI, R. M. **Subdesarrollo y revolución**. Buenos Aires: Siglo XXI, 1974. 166 p.

MARINI, R. M. **Subdesenvolvimento e revolução**. 5. ed. Florianópolis: Insular, 2013. 270 p.

MARTÍ, J. Cooperativa nacional de productores de leche de Uruguay: sua criação analisada desde as políticas públicas. **Revista América Latina en la historia**, México, v. 20, n. 3, set./dez. 2013. Disponível em: [https://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1405-22532013000300004](https://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1405-22532013000300004). Acesso em: 25 nov. 2025.

MENICUCCI, S. **Barreiras não tarifárias no comércio internacional e direito ao desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Renovar, 2005. 756 p.

MERCOSUL. Decreto n. 350, de 21 de novembro de 1991. **Tratado de Assunção (1991)**. Brasília: Presidência da República, 1991.

PITA, M. J. M. **Análisis y propuestas de sistemas solares de alta exergía que emplean água como fluido calorífero**. Tese (Doutorado) — Escuela Técnica Superior de Ingenieros Industriales, Madri, 2008. Disponível em: [https://oa.upm.es/1242/1/MARIA\\_JOSE\\_MONTES\\_PITA\\_A1b.pdf](https://oa.upm.es/1242/1/MARIA_JOSE_MONTES_PITA_A1b.pdf). Acesso em: 25 nov. 2025.

PUIG, J. Integração e autonomia da América Latina nas postrimerias do século XX. **Cátedra Intal**, [Buenos Aires]: INTAL, fev. 1986.

ROMERO, F. **El imperialismo y el agro argentino: história recente do capital estrangeiro no complexo agroindustrial pampeano**. Buenos Aires: Fundação CICCUS, 2016. 507 p.

RUIZ BRICEÑO *et al.* **Integração latino-americana e caribenha: política e economia**. Madrid: FCE, 2012. 260 p.

SANAHUJA, J. A. Del regionalismo aberto ao regionalismo pós-liberal: crise e mudança na integração regional na América Latina e no Grande Caribe. *In: Anuário da integração regional de América Latina e o Grande Caribe*, 2008.

SANTOS, T. **Imperialismo e dependência**. Caracas: Ayacucho, 2011. 308 p.

SILVA, K. de S. **Organizações internacionais de integração regional**. Florianópolis: UFSC, 2013. 150 p.

TACCONE, J. **Impacto setorial da integração no MERCOSUR**. Buenos Aires: Virtual Books, 1999. 105 p.

VAILLANT, M. Profundização do processo de integração econômica em bens. *In: Desafios de integrarse*. Montevideo: Red Sudamericana, 2001. p. 57.

## **SOBRE OS AUTORES**

### **Leonardo Alves da Silva**

Bacharel em Relações Internacionais e Integração pela Universidade Federal da Integração Latino-Americana, UNILA, e mestrando no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Goiás, UFG.

### **Julia Juvêncio Matos**

Bacharel em Relações Internacionais e Integração pela Universidade Federal da Integração Latino Americana, UNILA. São Paulo, Brasil.

### **Carolina Boscatto**

Bacharel em Relações Internacionais e Integração pela Universidade Federal da Integração Latino-americana, UNILA. Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Integração Contemporânea da América Latina na mesma universidade.

### **Maynara do Rio Sales**

Mestranda em Relações Internacionais pelo Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGRI UERJ), entrevistado social pelo Programa de Atendimento a Refugiados e Solicitantes de Refúgio (PARES) Cáritas-RJ e graduada em Relações Internacionais e Integração pela Universidade Federal da Integração Latino Americana, UNILA.

## **Adriana del Pilar López Avella**

Graduada en Relaciones Internacionales e Integración por la Universidad Federal de la Integración Latino-americana.

## **Djenika Senatus**

Bacharel em Relações Internacionais e Integração pela Universidade Federal da Integração Latino-americana, UNILA. Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais na mesma universidade.

## **Adrián Larroca Ferrari**

Bacharel em Relações Internacionais e Integração pela Universidade Federal da Integração Latino-americana, UNILA.

# VOZES DA JUVENTUDE NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

semeando saberes do sul global

A obra reúne sínteses de trabalhos de conclusão do curso de Relações Internacionais e Integração da UNILA, selecionados no Edital Conjunto nº 13/2023 em celebração aos dez anos da universidade. Produzidos entre 2014 e 2024, os textos refletem a diversidade de nacionalidades, trajetórias e perspectivas dos jovens internacionalistas, valorizando enfoques críticos sobre gênero, raça, latino-americanismos e o Sul Global. Os capítulos abordam temas como a Teoria Marxista da Dependência, o papel de atores não estatais na ascensão chinesa, críticas feministas aos Direitos Humanos, hierarquias no sistema de tutela da ONU, impactos do pós-acordo de paz na Colômbia, a construção da haitianofobia na política externa dominicana e as barreiras não alfandegárias no MERCOSUL. A coletânea evidencia a potência transformadora de novas leituras das Relações Internacionais, fortalecendo perspectivas comprometidas com justiça, diversidade e integração regional.

Apoio:

